PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2022

ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPESSOAL LDA

CUBA
MUNICÍPIO
Terra com Alma

Índice

- Introdução..... 02
- Metodologia e Normas aplicadas na consolidação de contas 02
- Entidades do grupo autárquico 04
- Recursos Humanos 06
- Principais atividades desenvolvidas 08
- Relato Patrimonial
  - Evolução do ativo 20
  - Evolução do Património Líquido 21
  - Evolução do passivo 21
  - Demonstração de resultados – rendimentos 23
  - Demonstração de resultados – gastos 24
  - Indicadores económico – financeiros 25
- Demonstrações financeiras consolidadas
  - Balanço consolidado 30
  - Demonstração dos resultados por natureza consolidadas 32
  - Demonstração das alterações no património liquido consolidada 34
  - Demonstração dos fluxos de caixa consolidados 36
- Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
  - **Nota 1** – Identificação do grupo, período de relato e referencial contabilístico
    1.1 – Identificação do grupo 38
    1.2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 38
    1.3 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários 38
  - **Nota 2** - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
    2.1- Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras 39
    2.2- Principais políticas contabilísticas 39
    2.2.13- Principais pressupostos relativos ao futuro 45
  - **Nota 3** – Ativos Intangíveis
    3.1 – Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumulada 50
  - **Nota 4** – Acordos de concessão de serviços: concedente 52
  - **Nota 5** – Ativos fixos tangíveis
    5.1 – Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas 53
  - **Nota 6** – Locações 55
  - **Nota 7** – Custo dos empréstimos obtidos 56
  - **Nota 8** – Propriedades de investimento 58
  - **Nota 9** – Imparidade de ativos 58
  - **Nota 10** – Inventários 58
  - **Nota 13** – Rendimentos de transações com contraprestação 60
  - **Nota 14** - Rendimentos de transações sem contra prestação 61
  - **Nota 15** – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes 62
  - **Nota 18** – Instrumentos financeiros

18.1 – Ativos financeiros 64
18.2 – Passivos financeiros 65
- **Nota 20** – Divulgação de Partes Relacionadas.....67
- **Nota 23** – Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados 68
- **Nota 24** – Diferimentos.....69
- **Nota 25** – Rendimentos e Ganhos.....70
- **Nota 26** – Gastos e Perdas.....71
- **Nota 27** – Transferências e Subsídios Concedidos.....72
- **Nota 28** – Fornecimentos e Serviços Externos.....73
- **Nota 29** – Recursos Humanos e Gastos com Pessoal.....74
- **Nota 30** – Depreciações.....75

Outras divulgações – movimentos efetuados para efeitos de consolidação 75
- Demonstrações orçamentais consolidadas 78
- Anexo I 80
- Certificação Legal de Contas
- Certidão da Deliberação do Órgão Executivo
- Certidão da Deliberação do Órgão Deliberativo

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2022

RELATÓRIO CONSOLIDADO E ANEXO

ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPESSOAL LDA

CUBA MUNICÍPIO Terra com Alma

1. Introdução

O Município de Cuba apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade preconizada com o disposto no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, em que os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O artigo 75º do referido diploma refere que, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades, devendo ainda serem consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por estas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado.

Nestes termos, o grupo municipal é constituído pelo Município de Cuba, entidade consolidante, e pela entidade consolidada: Centro de Estudos e Formação Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda.

1.1 Metodologia e Normas Aplicadas na Consolidação de Contas

Surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo o método integral o utilizado uma vez que o Município de Cuba é detentor de uma percentagem de controlo de 100% na entidade participada. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante.

Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre a entidade que compõem o perímetro de consolidação. Deste modo, efetuamos as obrigatórias eliminações de saldos, das transações relativas a operações efetuadas entre as entidades e as necessárias eliminações recíprocas.

Dado o método de consolidação integral, foi necessário desenvolver as seguintes fases:

- Acumulação das contas do balanço e da demonstração dos resultados, através da simples adição, do conjunto das entidades a consolidar;
- Repartição, quer dos capitais próprios, quer do resultado do exercício da entidade dependente, evidenciando a fração que pertence ao grupo;

• Evidenciação da diferença entre o valor da participação financeira contabilizado no ativo do Município e a correspondente fração que lhe cabe nos capitais próprios da entidade dependente;
•Anulação de todas as operações entre as entidades a consolidar, bem como dos resultados e demais saldos de contas delas decorrentes.

Refere o artigo 76º, do RFALEI que, os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam e deverão ser remetidos para o Tribunal de Contas até 30 de junho, de acordo com o artigo 52º, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei nº 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.
Acresce referir que o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas. Este sistema permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC —ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.

Nestes termos, as demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP), nomeadamente NCP26 (perímetro de consolidação de natureza orçamental), e cujo objetivo é estabelecer os procedimentos que permitam a preparação de demonstrações orçamentais que transmitam de forma verdadeira e apropriada a execução orçamental do conjunto de entidades que compõem o perímetro de consolidação como se de uma única entidade se tratasse e NCP22 (perímetro de natureza financeira), e cujo objetivo é prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controlo uma ou várias entidades

Na Lei do Orçamento de Estado de 2023 está previsto no nº 2 do artigo 200º que, em 2023, para efeitos da prestação de contas relativa ao ano de 2022, as entidades públicas reclassificadas, com exceção das entidades do subsetor da administração local, pode ser efetuada no mesmo referencial contabilístico prestado relativamente às contas do ano de 2021, logo implicava que a entidade consolidada detida pelo Município prestassem contas no regime do SNC- AP, o que não aconteceu, tal como descrito na certificação legal das contas individuais do Centro de Estudos, pelo que o perímetro orçamental só engloba o próprio Município, ainda que se tenha feito a conjugação dos fluxos de caixa da entidade incluída no perímetro de consolidação.

1.2 Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação

O Município de Cuba detém participação numa empresa municipal e que constitui o grupo autárquico:

1. Centro de Estudos e Formação Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda;

% de Participação do Município

Em Empresas Municipais

Designação da Entidade	Participação Detida
• Centro de Estudos e Formação Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda;	100%

A empresa Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda, sediada na Alameda Bento de Jesus Caraça, em Cuba, com o capital social de 25.000,00 Euros, tem como atividade principal a Formação Profissional.

Entidades excluídas da consolidação

As entidades que não foram incluídas no perímetro de consolidação, são as que constam do seguinte quadro:

Entidade	Sede Social	% de Capital Detido	Principal Atividade
Associação de Municípios do Alentejo Central	Largo do Almeida, nº 1 7940 - 114 Cuba	22,05%	Fins Públicos - Principais Atividades: Saneamento, Limpeza de Fossas, Cartografia, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos, Metrologia.
CIMBAL-Comunidade Int. Baixo Alentejo e Litoral	Praceta Rainha D. Leonor, nº 1 Apartado 70 7801 - 953 Beja	3,91%	É uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial, e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram: - Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; - Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; - Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional - QREN; - Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.
AMGAP-Associação Municípios Gestão Águas Públicas	Praça Pedro Nunes 7580-125 Alcácer do Sal	0,57%	Associação de Municípios de fins específicos, cujo objecto é: Captação e tratamento de água, distribuição de água e tratamento de águas residuais.
AMPV-Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Quinta das Cegonhas – Casa dos Territórios Vinhateiros 2001-904 Santarém	0,00751%	A Associação de Municípios é uma pessoa coletiva de direito público sem fins lucrativos, cujo objetivo consiste na afirmação da identidade histórico-cultural, patrimonial, económica e social dos municípios portugueses e dos territórios ligados à produção de vinhos de qualidade.

Estas entidades não foram incluídas no perímetro de consolidação, uma vez que o Município entendeu que a participação nelas detida não o justificava, % reduzida. Por outro lado, o Município não detém nas mesmas o controlo, pese embora, tenha representação nos mesmos, não tem influência dominante.

1.3 Recursos Humanos

Durante o exercício de 2022, o número de colaboradores ao serviço do Grupo Município de Cuba foi o seguinte:

Entidade	Ano	Nº de Colaboradores
Município de Cuba	2022	194
Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda	2022	48

Caracterização dos recursos humanos do Município:

O Município, aprovou em reunião de Câmara de 9 de dezembro de 2021 e, posteriormente, em reunião de Assembleia Municipal de 16 de Dezembro de 2021, o mapa de pessoal para 2022.

O Município de Cuba, para o desenvolvimento da sua atividade municipal no âmbito das atribuições que lhe são cometidas, à data de 31 de dezembro de 2022, compreende um total 194 trabalhadores, entre eleitos, GAP, dirigentes, carreira de informática, carreiras gerais e ainda de pessoas integradas, em pareceria com o IEFP, IP, na medida de emprego apoiado, distribuídos da seguinte forma em termos de carreiras:

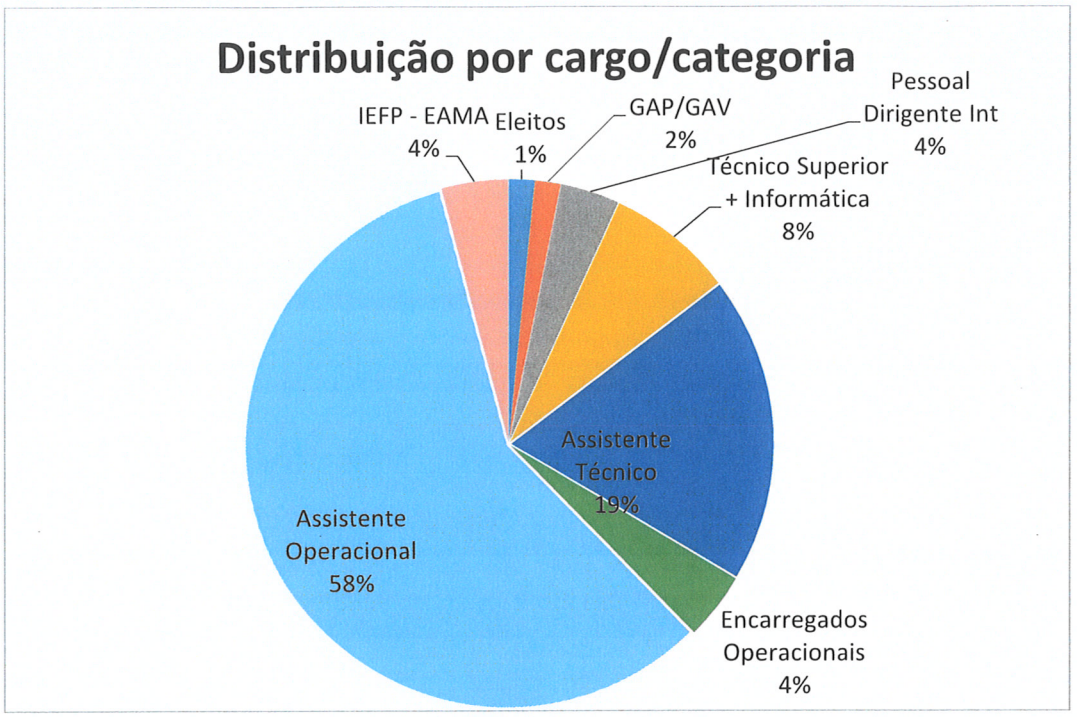


Gráfico 1

Salienta-se que o aumento de número de trabalhadores do ano anterior para o presente, deve-se à transferência de competências no âmbito da educação que ocorreu em 1 de abril de 2022, que no seu total 29 distribuídos entre chefe dos serviços administrativos escolares, assistentes técnicos e assistente operacionais.

Caracterização dos recursos humanos do Centro de Estudos:

A 31 de dezembro de 2022 o Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda. contava com a quarenta e oito colaboradores: Destes dezasseis efetivos, oito contratados, dois elementos nomeados, dezoito em regime de prestação de serviços, e 4 em Programas Ocupacionais.

Destes doze desempenham funções de não docência, dois de Direção e os restantes de docência. Em termos percentuais os colaboradores não docentes representam cerca de 33,3%, 4,1% funções de Direção e 62,5% desempenham funções de docência.

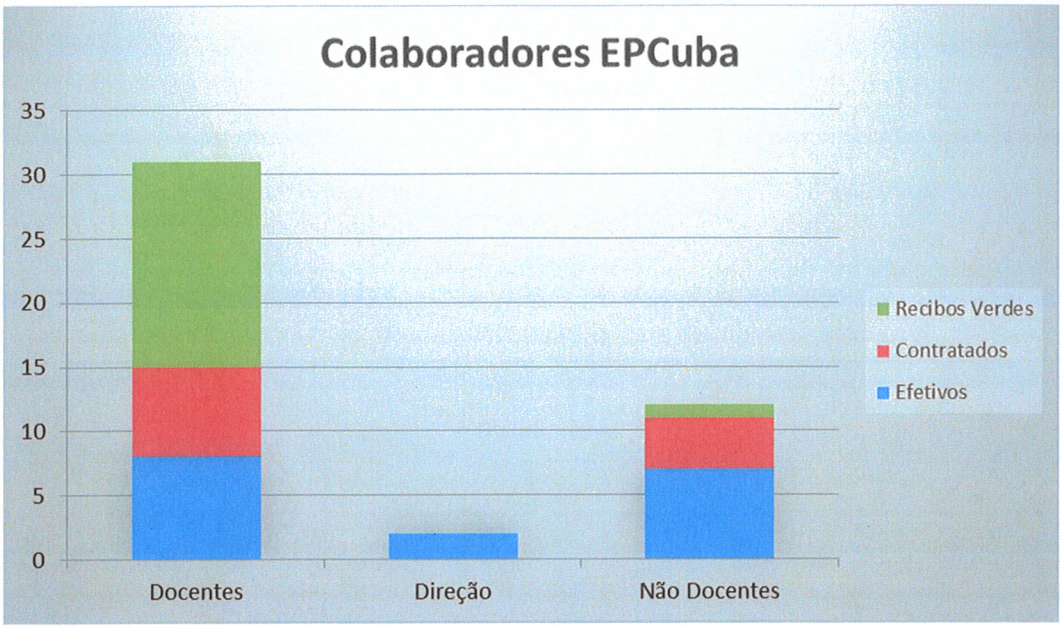


Gráfico 2 - Colaboradores por Função

1.4 Principais Atividades Desenvolvidas

Município de Cuba

Chegámos ao momento em que os órgãos autárquicos, no cumprimento das suas funções, procedem à análise da execução das Grandes Opções do Plano e do respetivo orçamento municipal para o ano de 2022. Recordamos que estes documentos traçam as linhas orientadoras da ação da Câmara Municipal, em que o primeiro, de índole estritamente política, conforma o segundo, essencialmente de cariz económico. Tratam-se de documentos previsionais, que se fundam em projeções económicas em regra para um ano e, apesar de poderem acomodar verbas para eventos inesperados, existem acontecimentos cuja imprevisibilidade e magnitude implicam alteração de prioridades políticas e, consequentemente, dos seus documentos basilares.

Antes de mais, é importante recordar o circunstancialismo difícil em que foram elaborados, discutidos, votados e executados os documentos previsionais para 2022. Se no final do ano de 2021 a incerteza advinha essencialmente da evolução da pandemia a nível mundial, com os inerentes impactos na economia global e nacional, e da ausência de Orçamento de Estado e de políticas macroeconómicas para Portugal, em resultado da dissolução da Assembleia da República e da consequente marcação de eleições legislativas para o início de 2022, que obrigava o país a viver em duodécimos até ao verão de 2022. Durante a execução orçamental, a conjuntura global alterou-se profundamente e o ano de 2022 revelou-se ainda mais complexo do que se perspetivava. O início da invasão da Ucrânia pela Rússia, evento que marca uma escalada militar num conflito iniciado em 2014, deitou por terra todos os prognósticos feitos

para a economia mundial e alterou radicalmente as relações internacionais tal como as conhecíamos. Perante a agressão, os países que conformam o denominado "ocidente alargado" preteriram a diplomacia para a paz, a favor de uma atitude belicista e sancionatória. Optaram pelo patrocínio do conflito, com a concessão de financiamento e o fornecimento de armas à Ucrânia, e a aplicação de sanções económicas e financeiras sem precedentes à Rússia, para enfraquecer a sua economia e forçar o fim das hostilidades.

Quando seria expectável que no ano 2022 a evolução das economias fosse definida primordialmente pelos desenvolvimentos relacionados com a pandemia, eis que a guerra e as sanções surgem como novos e preponderantes fatores com potencial perturbador da economia mundial, retirando, neste âmbito, todo o protagonismo à crise sanitária. O seu advento provocou consideráveis alterações no comportamento da economia mundial, já demasiado fragilizada, e contribuiu para o aumento da inflação e consequentemente para um sério aumento do risco de recessão global. Foi neste contexto extremamente complexo, em que a taxa de inflação média em Portugal atingiu os 8,1%, muito acima dos valores estimados em 2021 pela Comissão Europeia (1,7%) e pelo Governo (0,9%) para a economia nacional, que o orçamento municipal teve a sua execução. Se a taxa de inflação é um indicador importante para compreendermos o impacto negativo do aumento generalizado dos bens e serviços no orçamento municipal, deveremos ter também em consideração que alguns dos bens mais importantes para o funcionamento da autarquia, como o são os materiais de construção civil e os combustíveis, a título de exemplo, tiveram subidas nos preços médios na ordem dos dois dígitos, durante o ano de 2022. Bem acima da taxa média da inflação. Neste tipo de materiais, o aumento dos preços já se vinham a verificar desde a 2021, fruto das disrupções provocadas pela pandemia covid-19 ao nível da oferta e da procura em toda a cadeia produtiva e pela evolução dos preços de determinadas matérias-primas nos mercados, como é o caso do cobre e do alumínio, mas acentuaram-se durante o ano em apreço pela crise energética e pelos constrangimentos nas cadeias de abastecimento.

Face ao anteriormente exposto, em termos teóricos poderíamos dizer que o orçamento municipal aprovado para o ano de 2022 foi consumido pela inflação em 8,1%. No entanto, acreditamos que o impacto do aumento dos preços dos bens e serviços nas contas do município terá ficado bem acima desse valor. Esta situação exigiu ao executivo e aos serviços municipais uma enorme criatividade e muito empenho para garantir, ainda assim, que a autarquia cumpriria os compromissos assumidos e executaria da melhor forma o plano de atividades aprovado. Isto sem negligenciar a resposta necessária às faixas da população mais desprotegidas em relação às dificuldades impostas pela conjuntura. Importa ainda referir que o aumento substancial de preços dos materiais de construção civil trouxeram dificuldades acrescidas na gestão das empreitadas em curso no concelho, pela diferença entre os preços apresentados a concurso e os preços praticados aquando da execução dos trabalhos.

Após dois anos de restrições impostas pela pandemia de covid-19, que impediram ou condicionaram a realização de várias iniciativas programadas nas Grandes Opções do Plano para esse período, o ano de 2022 trouxe o seu levantamento e o regresso paulatino à normalidade prévia à crise sanitária. Esta alteração substancial nas medidas sanitárias impostas para evitar a propagação do vírus, permitiu cumprir com as atividades programadas para os vários sectores e, mais uma vez, colocou município da Cuba na vanguarda da normalização da vida em comunidade.

O ano de 2022 fica ainda marcado pela concretização, a 1 de Abril, da transferência das competências no domínio da educação para a autarquia. Desta forma, por via da imposição legislativa, o Governo efetiva a transmissão para os municípios dos encargos com o parque escolar e com os recursos humanos não docentes, a falso pretexto da proximidade do decisor à situação e dos ganhos de eficiência que essa solução permitirá. Perante o facto consumado, a autarquia assumirá de forma zelosa o desempenho das competências que, de agora em diante, acumulará, mas não abdicará de denunciar o erro que esta transferência significa e exigir a sua revogação através de uma verdadeira descentralização administrativa que compreenda a criação das regiões administrativas. Continuaremos a reafirmar os argumentos da nossa discordância em relação à Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, acordada entre PS e PSD, e alertar para suas as consequências negativas na prossecução do interesse coletivo nos vários domínios em causa e para o funcionamento das próprias autarquias. A efetivação desta transferência de competências significará a desestruturação do Estado, pelo alijar de responsabilidades do Governo nas autarquias locais, constituindo-as como meras tarefeiras do Governo.

O município de Cuba já tem na sua história um exemplo prático do que significam para o orçamento municipal a assunção de competências do Governo, quando em 2009, através de contrato, assumiu a gestão do pessoal não docente. É esta experiência do passado que melhor nos permite compreender o impacto no orçamento municipal da aceitação de competências suborçamentadas, colocando em causa o princípio da autonomia financeira do município, e da insatisfação das populações pela falta de recursos humanos e materiais dela resultante. Perante este cenário, alguns municípios procurarão colmatar estas lacunas orçamentais com verbas próprias, mas outros existirão que não o conseguirão fazer, aprofundando o risco de se colocar em causa o princípio da universalidade, ou seja, a igualdade de oportunidades de acesso e da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Ainda no âmbito deste domínio, além dos projetos que transitaram do ano anterior, como é o caso do ensino do Cante Alentejano, e de todos os serviços de continuidade, é importante sublinhar o projeto educativo *ONDE A VIDA ACONTECE.* Organizado pela Associação Pedra Angular, em parceria com o município, este projeto intergeracional é o resultado de um investimento do município na sensibilização dos alunos e das suas famílias para as questões da cultura local, do ambiente e para formas de arte musical menos divulgadas. Ao abrigo do projeto abordaram-se as questões da sustentabilidade ambiental na produção vitivinícola,

falou-se da vida e obra do escritor Fialho de Almeida e a iniciativa terminou com um concerto musical de violeta e guitarra clássica pelo *Duo Tessitori.*

Em matéria de Desenvolvimento Económico é importante destacar a abertura da primeira unidade comercial, com capacidade para criar 34 postos de trabalho, no novo espaço de atividades económicas criado pelo Plano de Pormenor de Cuba Norte desenvolvido pelo município. Este instrumento territorial, que assim inicia o processo de captação de mais empresas do sector, contempla uma área de aproximadamente 35 mil m2, com 7 lotes para uso comercial, 1 lote para equipamento de utilização pública, espaços verdes e a criação de mais de 200 lugares de estacionamento, e resulta de um investimento de 1 milhão de euros. Devemos também referir o concurso público para o arrendamento dos 3 espaços resultantes do investimento municipal na revitalização da Rua de Serpa Pinto, que permitirá atrair novos negócios ao concelho ou conferir melhores condições aos negócios já existentes, convidando-os a instalarem-se no centro urbano da vila que outrora foi o espaço comercial por excelência da comunidade.
Durante este período, os serviços da autarquia continuaram a trabalhar para garantirem e captarem investimentos privados para o concelho, capaz de gerarem novos postos de trabalho.

No que respeita aos eventos comemorativos e culturais realizados, a organização do Carnaval de Cuba, após o interregno imposto pela pandemia, ganha aqui um destaque óbvio, não só porque representa o regresso à normalidade na organização dos eventos mobilizadores de massas, mas porque é bem caracterizadora do espírito de um executivo, que sempre teve capacidade para analisar e compreender as circunstâncias sem negligenciar o papel do poder local na prossecução das necessidades coletiva, e da capacidade organizativa dos serviços municipais. Quando a maioria das organizações dos grandes corsos de carnaval de Portugal cancelaram os seus eventos pela incapacidade organizativa em função das indefinições, à decisão ponderada do executivo de avançar com a realização do evento, os serviços municipais deram uma resposta exemplar e Cuba organizou um dos poucos grandes carnavais de 2022. Acresce ainda valorizar a adesão da sociedade civil, que ávida de retomar uma vida normal, associaram-se à iniciativa, construindo em conjunto com a autarquia um desfile de enorme sucesso, que projetou ainda mais a sua notoriedade.
Dois anos depois das mais graves limitações impostas à nossa liberdade desde a instauração da democracia em Portugal, é importante sublinhar que as comemorações do 48.º aniversário da Revolução ocorrida a 25 de Abril de 1974 voltaram a realizar-se envolvendo os seus maiores beneficiários: as populações. Pelo seu envolvimento e participação nas comemorações, podemos afirmar que as privações de liberdade a que fomos sujeitos atribuíram um novo significado à palavra LIBERDADE, principalmente para as novas gerações habituadas a viver sem grandes restrições, e demonstraram que as conquistas de Abril poderão não perdurar se não lutarmos por elas.

No final de maio, com organização da Sociedade Filarmónica Cubense 1.º de Dezembro e em parceria com o Município de Cuba e colaboração da Terras Dentro, Cuba recebeu mais uma edição da Feira do Cante e das Tradições – Cuba Leader. Tendo por enquadramento a Vila de Cuba e os seus espaços mais tradicionais, como são as tabernas, as adegas e as sedes mais icónicas das associações locais, o evento trouxe à vila, ao longo de três dias, um vasto leque de iniciativas, com destaque para o Cante Alentejano e para a polifonia das Bandas Filarmónicas, mas também de tradições culturais, gastronómicas e artes tradicionais da região Alentejo e de outras regiões, transformando-a, por excelência, numa montra das tradições mais genuínas dos povos.

O sucesso da Feira do Cante e das Tradições – Cuba Leader advém-lhe da marca que deixou na memória coletiva da comunidade e da região, mas começa a ser, também, o resultado do reconhecimento e da identificação das novas gerações com a essência e a dinâmica do evento, que contribuem para uma adesão transversal à comunidade que se revê nos objetivos do mesmo.

Ainda neste âmbito é importante realçar o regresso tão esperado da Feira Anual de Cuba, que trouxe consigo a já habitual Festa do Nosso Pão, o Grande Almoço dos Cubenses, os espetáculos musicais e os espetáculos tauromáquicos, neste caso com destaque para a sempre aguardada Largada de Touros do domingo de manhã, que superou todas as expectativas com a alteração do local da sua realização para o Largo da Bica. A Feira Anual de Cuba é sempre sinónimo de diversão e de afluência de públicos intergeracionais e o seu sucesso foi a melhor prova da vitalidade do evento. E a realização de mais um certame *Provando o Tareco* em Vila Alva. Apesar de muito jovem, a iniciativa organizada pela Junta de Freguesia de Vila Alva com o apoio do Município, já se afirmou no calendário e é motivo de romaria de centenas de visitantes àquela vila para provarem o vinho de talha nas velhas adegas e ouvirem o Cante Alentejano que tão bem o acompanha. De ano para ano, o sucesso deste certame tem ajudado a reafirmar Vila Alva como centro por excelência de produção de vinho de talha.

No sector do turismo, além do trabalho em permanência que foi crescendo com o regresso à normalidade da sociedade e a necessidade de dar resposta às solicitações de cada vez mais grupos de visitantes, é importante realçar a apresentação do Plano de Ação para o Turismo Sustentável do concelho de Cuba elaborado no âmbito do Projeto Sustowns, com a coordenação da Make it Better, em colaboração com os agentes do concelho. O concelho há muito que carecia de um plano estratégico para o turismo que fizesse um diagnóstico da situação e apontasse os caminhos a seguir ao município e aos agentes do turismo, pelo que o plano acima mencionado representa um salto qualitativo na planificação das ações para setor. Em simultâneo foi apresentado o programa formação + Próxima, que resulta de uma colaboração entre a Turismo de Portugal e a autarquia, para a capacitação de pessoas e entidades do turismo do concelho, preparando-os para os desafios do sector. Esta formação já

estará enquadrada com o diagnóstico de necessidades feito pelo Plano de Ação para o Turismo Sustentável do concelho de Cuba.

No que à programação específica da Biblioteca Municipal e do Museu Literário Casa Fialho de Almeida diz respeito, é importante referir o regresso à dinâmica existente ao período pré-pandemia, com a realização de oficinas, espetáculos musicais e de teatro, exposições, conferências e apresentações de livros, que dinamizaram de forma permanente os dois equipamentos ao longo do ano. É no entanto importante relevar que durante o ano de 2022 estes serviços deram destaque às comemorações do centenário do nascimento do escritor português José Saramago, galardoado com o Prémio Nobel, pelo que no regresso da Feira do Livro, que decorreu no início de maio, a inauguração contou com uma sessão comemorativa do "Centenário de José Saramago". Este fato relevante para a literatura portuguesa foi transversal a toda a atividade da biblioteca que ao longo do ano o comemorou com conferências e exposições.

Nos serviços de Ação Social e Saúde e do Desporto o trabalho desenvolvido é maioritariamente de índole colaborativa, quer com os serviços da administração direta do Estado nas áreas da saúde e segurança social, quer com as associações da economia social que trabalham matérias de índole social ou com as associações desportivas que desenvolvem atividade no concelho de Cuba. Porém, existem muitas atividades e serviços desenvolvidos e mantidos por estes serviços municipais disponibilizados à população. É importante recordar que o ano de 2022 revelou-se exigente para os serviços de Ação Social, acima de tudo por causa das questões relacionadas com as condições de trabalho e de alojamento dos imigrantes, que na região procuram trabalho. Este flagelo nacional, que infelizmente parece persistir sem que se vejam medidas preventivas por parte do Governo para o evitar, exigirá uma cada vez maior atenção dos serviços sociais do município e, invariavelmente, a substituição financeira do Governo pela autarquia para garantir a proteção das pessoas que estão nestas condições de vulnerabilidade, tal como aconteceu na época da pandemia.
O trabalho desenvolvido por estes sectores é complementar entre eles e essa é a mais-valia criada pela articulação na programação de atividades que contribuam para o desenvolvimento social saudável do concelho.

Em matéria de obras por empreitada, no ano de 2022 foram concluídas e inauguradas a reabilitação do Jardim dos Combatentes e a Residência para estudantes deslocados que resulta da reabilitação das antigas casas dos trabalhadores dos caminhos de Ferro Portugueses. Após a disponibilização deste espaço devidamente modernizado, a vila de Cuba passa a dispor de espaços verdes de lazer que abrangem toda a zona urbana. No ano em análise continuaram em curso as seguintes empreitadas: Reabilitação do Centro Cultural de Vila Alva; e a Construção do Ecoparque do Alentejo Central – Praia de Albergaria dos Fusos, esta última talvez a obra que cause maior expectativa, não só pelo impacto económico positivo

que se espera que venha a ter no concelho, mas também por se tratar da materialização de um antigo desejo das populações.

Por fim, cumpre-nos referir a importância do empenho dos trabalhadores para a ação bem-sucedida do município durante o último ano em circunstâncias muito especiais e extremamente difíceis que exigiram do executivo e dos serviços uma enorme coragem, capacidade de adaptação, de criatividade e de reinvenção para mantermos a atividade da autarquia. Foi exemplar o empenho dos trabalhadores que garantiram a prestação do serviço público, razão pela qual deixamos aqui o agradecimento público por terem estado à altura das exigências e por terem confiado nas decisões do executivo municipal, revelando um elevado sentido de responsabilidade perante a comunidade. É vossa uma grande parte do êxito da ação do município. A todos e todas o nosso muito obrigado.

Centro de Estudos

No final do ano letivo 2021/2022, que encerrou a 31 de agosto de 2022, concluíram a sua formação na EPCuba três turmas do Ensino Profissional e uma turma de CEF tipo II.

Para o ano letivo 2022/2023 a Escola Profissional de Cuba foi autorizado pela DGESTE o funcionamento de três novas turmas de 1º ano de Cursos Técnicos Profissionais Tipo IV, e uma nova turma de CEF Tipo II (Curso de Educação e Formação.

Desta forma o ano letivo de 2022/2023 iniciou com quatro novas turmas:

- Uma turma mista dos cursos de Técnico de Ação Educativa e Técnico de Auxiliar de Saúde
- Uma turma do curso de Técnico de Audiovisuais
- Uma turma do curso de Técnico de Desporto.
- Uma turma mista de Educação Formação CEF Tipo II composta por meia turma de Operador de Fotografia e meia turma de Operador de Informática.

O ano letivo de 2022/2023 iniciou assim com 4 novas turmas de 1º ano, tendo-se registado no ano letivo 21/22 a conclusão de 3 turmas, 2 de Profissional nível IV e uma de CEF.

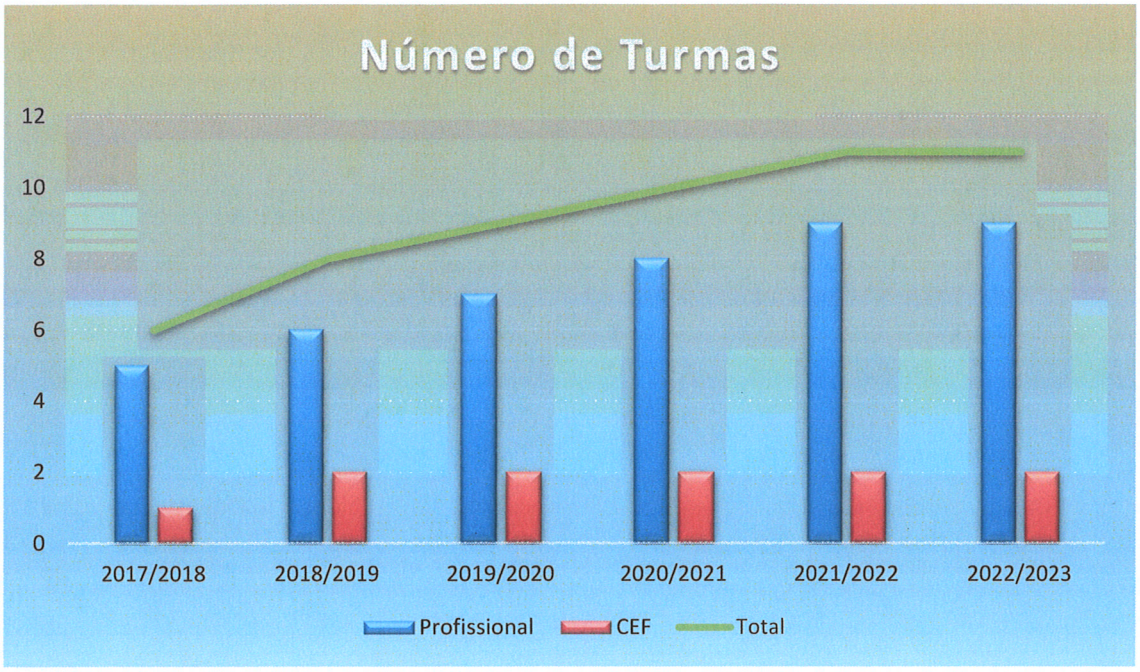


Gráfico 3 - Evolução do número de Turmas

No que concerne ao número de alunos registou-se no ano 22/23 uma consolidação da lotação máxima da EPCuba, onde voltámos a abrir o ano letivo com um total de 228 alunos versus os 221 do ano letivo anterior.

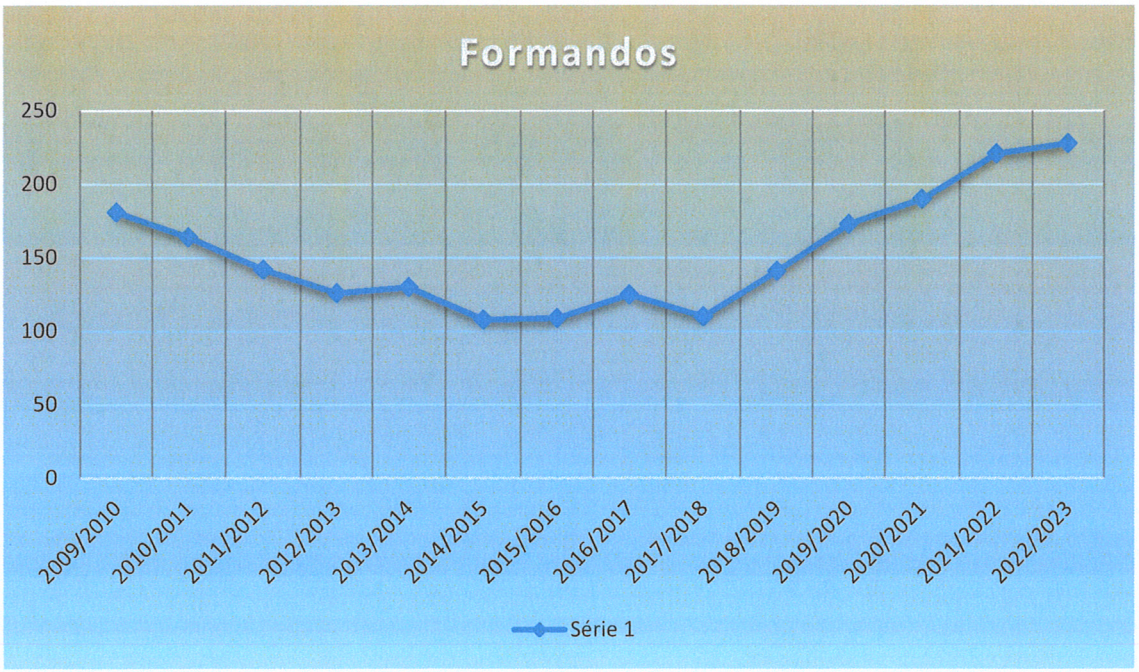


Gráfico 4 - Evolução Número de Formandos

Os alunos que frequentavam a EPCuba no início do ano letivo 2022/2023 encontravam-se distribuídos por 10 turmas e 6 cursos de acordo com a tabela 1.

Cursos Ano Letivo 2019-2020	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Alunos por Curso
Técnico de Audiovisuais	19	18	14	**51**
Técnico Ação Educativa	16	14	11	**41**
Técnico de Desporto	24	29	25	**78**
Técnico de Auxiliar de Saúde	9	10		**19**
Curso Educação Formação – Operador Informática	9	8		**17**
Curso de Educação e Formação – Op. Fotografia	12	10		**22**
TOTAIS	**88**	**90**	**50**	**228**

Tabela 1 - Distribuição Formandos por Curso/Ano

Do universo de alunos da EPCuba 47% são residentes no concelho de Cuba e 53% oriundos de outros concelhos.

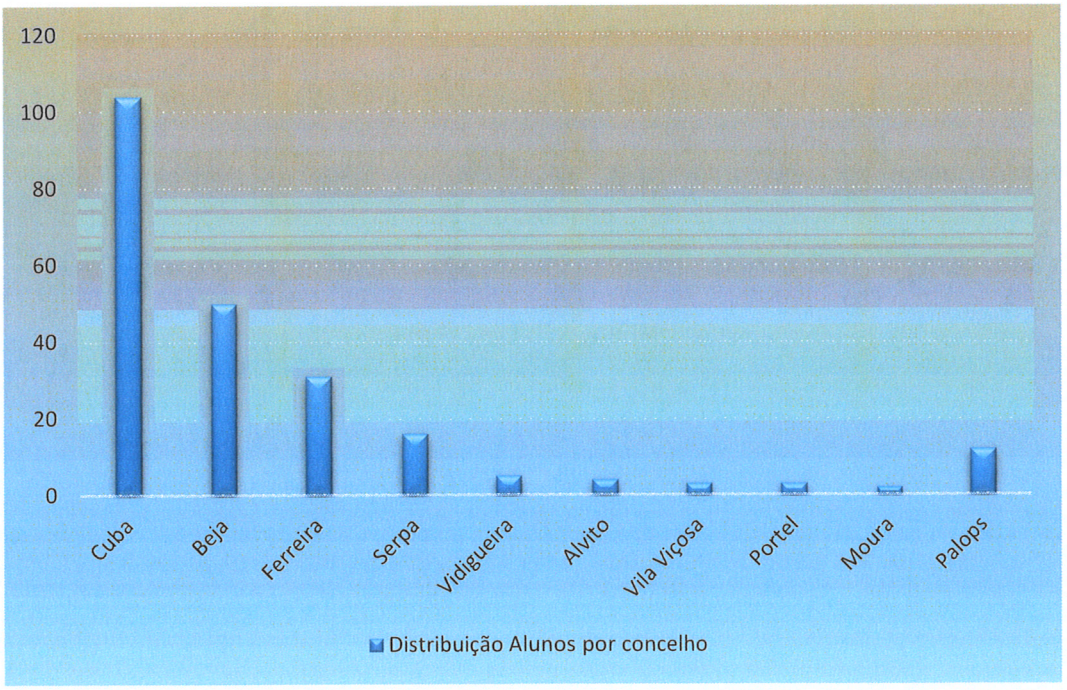


Tabela 2- Distribuição Formandos por Concelho Origem

De acordo com as normas em vigor nas candidaturas do quadro Portugal 2020 para o ensino Profissional, é atribuído subsídio de almoço a todos os alunos da EPCuba, a 5% é atribuído subsídio de alojamento e a 63% subsídio de transporte.

Tem vindo a ser habitual na Escola Profissional de Cuba pretendermos que para além dos conhecimentos e competências adquiridos em contexto de sala de aula, os nossos formandos desenvolvam outras atividades que lhes permitam o contacto com outras realidades culturais, compreender a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos na instituição escolar, bem como, desenvolver o seu espírito crítico, o seu conceito de cidadania ativa, tornando-se elementos válidos duma comunidade para a qual irão, também, contribuir.

Janeiro	Ação / Atividade
21 de janeiro	Reportagem no Portugal em direto sobre os Kits realizados
27 de janeiro	Visita ao Museu da Escrita em Almodôvar
14 de fevereiro	Comemoração do Dia dos Namorados com atividades on line
fevereiro	Ação / Atividade
3 de fevereiro	Aula de escalada no IPBEJA
11 de fevereiro	Animar às Sextas
abril	Ação / Atividade
Entre 21 a 25 de abril	Participação na Ovibeja.
28 de abril	Bootcamp sobre Empreendedorismo
maio	Ação / Atividade
3 de maio	Presença na Feira das Profissões
6 de maio	Apresentação das Provas de Aptidão Profissionais de Curso de Apoio à Infância.
10 de maio	Participação na Feira dedicada ao Dia da Europa com foco no projeto Erasmus Refugees Crisis – Approaching – "The Next Day"

Entre 8 e 14 de maio	Participação no primeiro encontro do Projeto Erasmus "Regional Education in Common European Culture and Education"
11 e 12 de maio	Apresentação das Provas de Aptidão Profissionais de Curso de Técnico de Desporto
13 de maio	Apresentação das Provas de Aptidão Profissionais de Curso de Técnico de Audiovisuais
18 de maio	Participação num Workshop de Pinturas Faciais
23 de maio	Estágios Internacionais Erasmus + em La Valetta, Malta
junho	Ação / Atividade
1 de junho	Participação nas Comemoração do Dia Mundial da Criança
9 de junho	Visita de Estudo a Lisboa: HIPPOtrip, MAAT e Museu da Presidência.
setembro	Ação / Atividade
7 de Setembro	Reunião Geral de Professores e Pessoal não docente.
12, 13 e 14 de Setembro	Reuniões dos demais Conselhos de Turma
14 de setembro	Reunião do Conselho Pedagógico
16 de setembro	Atividades de integração e acolhimento dos alunos do 1º ano dos Cursos Profissionais e 1ºs anos dos Curso de Educação e Formação
outubro	Ação / Atividade
6 de Outubro de 2022	Visita à exposição "World Press Photo"
	Reunião do Conselho Pedagógico
8 de Outubro de 2022	Visita e montagem de uma exposição na Praça da República em Beja

27/28 de outubro	Dia Mundial da terceira Idade
24/31 de outubro	Igualdade de género
30 de outubro	Atividades alusivas ao Halloween
novembro	Ação / Atividade
14 de Novembro	Atividades do dia Mundial da diabetes
dezembro	Ação / Atividade
15 de dezembro	Festa de Natal da EPCuba
	Reuniões dos demais Conselhos de Turma
	Reunião do Conselho Pedagógico

2. Relato Patrimonial

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por prestar uma informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).
De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados. Não se fará referência à contabilidade de gestão, uma vez que ao Centro de Estudos não se aplica.

2.1. Balanço

Em 2022 o ativo do grupo autárquico atingiu os €30.103.778,01 o que significa um aumento de € 130.645,17 face ao ano anterior (0,44%). De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Quadro I- Evolução do ativo

Componentes do Ativo	2022	2021	2022/2021
Ativos fixos tangíveis	27 842 829,42	27 989 682,34	-0,5%
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,0%
Ativos intangíveis	17 543,21	24 414,95	-28,1%
Participações financeiras	159 358,50	159 358,50	0,0%
Ativo não corrente	**28 019 731,13**	**28 173 455,79**	**-0,5%**
Inventários	42 980,25	31 283,18	37,4%
Devedores p/ transf. e subsídios não reembolsáveis	8 550,36	0,00	0,0%
Clintes, contribuintes e utentes	60 654,24	44 334,81	36,8%
Estado e outros entes públicos	25 935,30	22 662,29	14,4%
Outras contas a receber	1 712 903,52	1 501 015,52	14,7%
Diferimentos	12 126,51	17 182,90	-29,4%
Caixa e depósitos	220 896,70	183 198,35	20,6%
Ativo corrente	**2 084 046,88**	**1 799 677,05**	**15,8%**
Ativo total	**30 103 778,01**	**29 973 132,84**	**0,4%**

Os ativos fixos tangíveis representam 92,49% do total do ativo e registaram uma descida de 147 milhares de euros (-0,5%). Esta diminuição deve-se sobretudo a um menor valor das adições. A contribuição dos ativos fixos tangíveis (adições), do Centro de Estudos, foi na ordem dos vinte e cinco mil euros.

As dívidas de clientes, contribuintes e utentes representam 0,20% do ativo e tiveram uma variação positiva relativamente a 2021, justificada pela anulação de medidas implementadas no que diz respeito à pandemia.

Os diferimentos ascendem a doze mil euros, e decresceram (-29,4%) relativamente ao ano anterior.

É de salientar um aumento do saldo de disponibilidades de 37 milhares de euros (20,6%), comparativamente a 2021.

Quadro II- Evolução do património líquido

Património Líquido	2022	2021	2022/2021
Património/Capital	13 248 401,51	13 248 401,51	0,0%
Reservas	226 505,16	226 505,16	0,0%
Resultados Transitados	2 296 827,35	3 237 085,63	-29,1%
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,0%
Outras variações no Património Líquido	8 271 312,34	7 278 600,60	13,6%
Resultado líquido do período	-1 252 735,35	-940 258,28	33,2%
Total do Património Liquido	**22 790 311,01**	**23 050 334,62**	**-1,1%**

Os fundos próprios do grupo em 2022 passaram a totalizar €22.790.311,01, que se traduz num decrescimento de (-1,1%) relativamente ao ano anterior e que se deve essencialmente à aplicação do resultado líquido em resultados transitados.

Quadro III- Evolução do passivo

Em relação ao passivo, o grupo encerrou o ano com um valor de 7,31 milhões euros, sendo constituído em 31,91% por passivo não corrente e em 68,09% por passivo corrente. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rúbricas.

Passivo	2022	2021	2022/2021
Provisões	5 271,00	5 271,00	0,0%
Financiamentos obtidos	2 263 025,49	2 323 112,42	-2,6%
Diferimentos	55 465,57	0,00	
Outras contas a pagar	10 211,80	10 061,80	1,5%
Passivo não corrente	**2 333 973,86**	**2 338 445,22**	**-0,2%**
Credores por transf. e subs. não reemb. concedidos	142 911,44	32 596,07	338,4%
Fornecedores	1 056 490,50	562 759,65	87,7%
Aditamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	157 153,30	105 911,98	48,4%
Financiamentos obtidos	455 436,12	457 452,35	-0,4%
Fornecedores de investimento	117 537,71	328 053,28	-64,2%
Outras contas a pagar	824 564,72	796 217,78	3,6%
Diferimentos	2 225 399,35	2 301 361,89	-3,3%
Passivo corrente	**4 979 493,14**	**4 584 353,00**	**8,6%**
Total do passivo	**7 313 467,00**	**6 922 798,22**	**5,6%**

Comparando com o período homólogo, o total do passivo, endividamento do grupo consolidado, teve uma variação positiva de 5,60%, que resulta de uma subida generalizada das suas rúbricas. A rúbricas de fornecedores teve um acréscimo de (87,70%) e fornecedores de investimento tiveram um decréscimo (-64,20%), traduzindo-se num aumento total de divida a fornecedores na ordem dos 283,22 milhares de euros.

No que respeita aos financiamentos obtidos, o crescimento verificado a nível do passivo não corrente, deve-se a divida só do Município, e justifica-se pela utilização de novos empréstimos contratados em 2022, tendo sido respeitado o plano de amortização dos empréstimos em vigor. No que respeita aos financiamentos constantes do passivo corrente, verifica-se um decréscimo de (-0,4%), que se deve essencialmente, à componente de curto prazo dos empréstimos contratados que se irá vencer em 2022 do lado do município, existindo menos encargos, justificados por empréstimos que já terminaram. No que respeita ao Centro de Estudos os financiamentos referem-se a uma conta corrente caucionada, que no final de 2022 apresentava um saldo na ordem dos 173 mil euros. No início do exercício de 2022 esta conta corrente caucionada apresentava um saldo na ordem dos 204 mil euros.

Os diferimentos em 2022 e perante o SNC-AP, refletem os saldos decorrentes da aplicação da periodização económica, relacionados com a execução dos projetos cofinanciados cujo contrato de subsídio não se encontra ainda atribuído ao bem correlacionado, assim, e perante o novo referencial contabilístico, os contratos de subsídio cujas condições já se encontram cumpridas, e que já se encontram associados ao respetivo bem, foram reclassificados na conta

593, por força da aplicação da norma NCP 14. No centro de estudos, são referentes a projetos do IEFP, POCH E ERASMUS.

2.2. Demonstração de resultados

O resultado líquido negativo ascende a cerca de um milhão e duzentos e cinquenta dois mil euros, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza. Os rendimentos do grupo em 2022 foram de 8,01 milhões de euros para um nível de gastos de 9,26 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de 6,3% dos rendimentos e um aumento de 9,3% dos gastos relativamente a 2021.

De seguida, passamos para a análise dos rendimentos do grupo de 2022 e a sua evolução face ao ano anterior.

Quadro IV - Evolução dos rendimentos

Proveitos	2022	2021	2022/2021
Impostos, contribuições e taxas	**834 557,06**	**836 480,10**	**-0,2%**
Impostos diretos	562 053,00	538 977,52	4,3%
Derrama	151 404,69	103 282,48	46,6%
IMI	300 222,68	336 166,36	-10,7%
IUC	110 425,63	99 528,68	11,0%
Impostos indiretos	193 795,88	234 516,83	-17,4%
IMT	193 795,88	234 516,83	-17,4%
Outros	0,00	0,00	0,0%
Taxas, multas e outras penalidades	78 708,18	62 985,75	25,0%
Taxas especificas das autarquias locais	75 083,00	61 952,86	21,2%
Multas e outras penalidades	3 625,18	1 032,89	251,0%
Vendas	374 654,17	274 785,44	36,3%
Prestações de serviços e concessões	489 833,14	384 377,98	27,4%
Trabalhos para a própria entidade	112 123,56	207 772,76	-46,0%
Transferências e Subsídios Obtidos	5 341 338,20	4 712 093,12	13,4%
Reversões	1 495,86	0,00	0,0%
Outros rendimentos	855 160,26	1 124 751,14	-24,0%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	3 965,65	28,53	13799,0%
Total	**8 013 127,90**	**7 540 289,07**	**6,3%**

Os impostos, contribuições e taxas compreendem os impostos diretos, impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades e tiveram um decréscimo pouco significativo (-0,2%) comparativamente a 2021.

O aumento dos impostos diretos na sua globalidade em 2022 foi de (4,3%) tendo-se verificado apenas acréscimo da derrama (46,6%), sendo o reflexo de algumas melhorias verificadas na economia no de 2022 e de maior riqueza gerada pelas empresas.

Na rúbrica de taxas, multas e outras penalidades verificou-se um aumento de 25,00% resultado das opções tomadas após pandemia.

A rúbrica de prestações de serviços teve um aumento de €105.455,16, traduzindo um crescimento de 27,4% e que se justifica pela alteração da estrutura tarifária. Em relação ao Centro de Estudos, os rendimentos estão relacionados essencialmente com o aluguer de salas.

A rúbrica de transferências e subsídios obtidos do grupo, totaliza 5,34 milhões de euros, tendo registado um acréscimo de (13,4%), resultante essencialmente das transferências da delegação de competências da área da educação no que se refere ao Município. A nível do Centro de Estudos, estão aqui incluídos os subsídios à exploração, essencialmente projetos IEFP,POCH e ERASMUS.

Na rúbrica de outros rendimentos, o decréscimo verificado é de €269.590,88 (-24,00%) que se justifica pelo facto de em 2022 ter existido uma menor imputação de subsídios e transferências para investimentos, por via da menor passagem a imobilizado firme dos investimentos em curso.

Na rúbrica de juros e outros rendimentos similares obtidos verificou-se um acréscimo significativo resultante das subidas das taxas de juros devido às alterações ocorridas nos mercados financeiros.

Os gastos incorridos nas contas do grupo apresentam-se da seguinte forma:

Quadro V-Evolução dos gastos

Gastos	2022	2021	2022/2021
Transferências e subsídios concedidos	574 040,78	811 069,42	-29,2%
Prestações Sociais	14 328,63	0,00	0,0%
CMVMC	627 863,02	504 749,60	24,4%
FSE	2 129 456,31	1 717 737,52	24,0%
Gastos com o pessoal	4 088 137,46	3 314 595,90	23,3%
Gastos de depreciação e de amortização	1 368 054,20	1 739 344,39	-21,3%
Perdas por imparidade	1 639,55	61 721,72	-97,4%
Provisões do período	0,00	0,00	0,0%
Outros gastos e perdas	404 872,96	276 530,64	46,4%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	52 918,02	43 986,20	20,3%
Imposto sobre o rendimento	4 552,32	10 811,96	-57,9%
Total	**9 265 863,25**	**8 480 547,35**	**9,3%**

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos do grupo são os gastos com pessoal (44,12%), gastos de depreciação e amortização (14,76%) e os fornecimentos e serviços externos (22,98%). Comparativamente com o período de 2021, os fornecimentos e serviços externos tiveram um acréscimo de 24,00% e os gastos com o pessoal tiveram um acréscimo de 23,30%.

As amortizações do exercício sofreram um decréscimo de cerca de trezentos e setenta e um mil euros em relação a 2021, que corresponde a menores alterações ocorridas a nível dos bens do ativo fixo tangível, e essencialmente pelo menor impacto na via da passagem de imobilizado a firme.

2.3. Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros do grupo no ano de 2022.

Quadro VI- Indicadores económico-financeiros

Indicadores	Rácio	2022	2021
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	75,71%	76,90%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	3,12%	3,33%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	41,85%	39,26%
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário)/Passivo Corrente	40,99%	38,57%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	4,44%	3,97%
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	-5,50%	-4,08%

A Autonomia Financeira do exercício atinge 75,71%, percentagem que nos revela uma independência mediana, ou seja, o recurso ao crédito ainda é facilitado. A liquidez geral do exercício foi de 41,85%. Relativamente ao exercício anterior, verificou-se um ligeiro acréscimo no indicador da Liquidez Geral, o que significa, que a situação de tesouraria está um pouco mais desafogada. A liquidez imediata atingiu no exercício, 4,44%, valor reduzido, traduzindo a fragilidade de tesouraria no imediato.

2.4 Fatos relevantes após encerramento do exercício de 2022:

Tendo em consideração que a preparação das demonstrações financeiras de 2022, assumiram o pressuposto da continuidade, entendeu-se como relevante apresentar a seguinte informação:

Considerando que o surto de Covid-19 teve um impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza numa escala global as suas implicações ao nível do relato financeiro do Município de Cuba continuam a ser significativas, uma vez que o esforço despendido pelo Município nos últimos dois anos não foi recuperado, repercutindo-se o seu efeito para além do exercício económico em apreço.

As transferências de novas competências no ano de 2023, nomeadamente as da área social será uma continuação do exigente desafio que ocorreu no ano de 2022.

A concretização da transferência no domínio da educação constante do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, foi concretizada a 01 de Abril de 2022.Pese embora o diploma contenha normas relativas à identificação de recursos financeiros, do património a transferir para os municípios, entre outras, o Município de Cuba, deparou-se com grandes dificuldades na obtenção da informação necessária ao reconhecimento dos ativos que deveriam ter sido integrados no seu património. Tendo solicitado, os autos de transferência e registos que permitissem o seu reconhecimento, e não tendo sido recebedor da informação, não efetuou o registo dos bens por desconhecimento do valor, tarefa que terá que ser desenvolvida e concretizada no ano de 2023.

O processo de descentralização administrativa, desencadeado pela Lei n.º 50/2018, de 16 de

Agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, foi concretizado, no domínio da ação social, pelo Decreto – Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto.

O Decreto -Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, procedeu à primeira alteração do Decreto – Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, no sentido de prorrogar o prazo de transferência das competências no domínio da ação social, tendo em conta a necessidade de garantir o sucesso total de um processo de grande complexidade, no quadro de enorme exigência criado pela pandemia da doença COVID -19, e de assegurar a continuidade e a melhor qualidade dos serviços prestados aos cidadãos no âmbito da ação social.

No dia 29 de Dezembro, foi publicado na I Série do DRE, o Decreto-Lei n.º 87-B/2022, que alterou a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social.

Este diploma permitiu prorrogar o prazo de transferência das referidas competências até 3 de Abril de 2023.

Do lado do Centro de Estudos nada há a mencionar que possa a vir a ter impacto, no entanto no ano de 2023 pretende-se dar continuidade ao reforço do posicionamento da EPCuba como uma das escolas profissionais de referência no panorama educativo da nossa região e dar continuidade a uma política de persecução do objetivo da estabilidade financeira sem que a mesma comprometa a importância do trabalho pedagógico e educativo de excelência que a Escola tem vindo a desenvolver. Para o ano de 2023 também é intenção continuar e reforçar a estratégia de investimento em equipamentos educativos e tecnológicos que permitam cada vez condições de maior excelência da formação proporcionada pela escola.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇO CONSOLIDADO

Município de Cuba - Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz,Unipessoal, Lda

Balanço em 31 de Dezembro de 2022 — **Valores em €**

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2022	SNC-AP 31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	27 842 829,42 €	27 989 682,34 €
Propriedades de investimento		- €	- €
Ativos intangíveis	3	17 543,21 €	24 414,95 €
Ativos biológicos		- €	- €
Investimentos Participações financeiras	18	159 358,50 €	159 358,50 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes		- €	- €
Acionistas/sócios/associados		- €	- €
Diferimentos		- €	- €
Outros ativos financeiros		- €	- €
Ativos por impostos diferidos		- €	- €
Outras contas a receber		- €	- €
		28 019 731,13 €	**28 173 455,79 €**
Ativo corrente			
Inventários	10	42 980,25 €	31 283,18 €
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	8 550,36 €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	18	60 654,24 €	44 334,81 €
Estado e outros entes públicos	18	25 935,30 €	22 662,29 €
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	18	1 712 903,52 €	1 501 015,52 €
Diferimentos	23	12 126,51 €	17 182,90 €
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1.3	220 896,70 €	183 198,35 €
Total do ativo		**30 103 778,01**	**29 973 132,84**
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	23	13 248 401,51 €	13 248 401,51 €
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	23	226 505,16 €	226 505,16 €
Resultados transitados	23	2 296 827,35 €	3 237 085,63 €
Ajustamentos em ativos financeiros	23	- €	- €
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	23	8 271 312,34 €	7 278 600,60 €
Resultado líquido do período	23	- 1 252 735,35 €	- 940 258,28 €
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		**22 790 311,01 €**	**23 050 334,62 €**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	5 271,00 €	5 271,00 €
Financiamentos obtidos	18	2 263 025,49 €	2 323 112,42 €
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores	18		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	23	55 465,57 €	
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	18	10 211,80 €	10 061,80 €
		2 333 973,86 €	**2 338 445,22 €**
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	142 911,44 €	32 596,07 €
Fornecedores	18	1 056 490,50 €	562 759,65 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18		
Estado e outros entes públicos	18	157 153,30 €	105 911,98 €
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	18	455 436,12 €	457 452,35 €
Fornecedores de investimentos	18	117 537,71 €	328 053,28 €
Outras contas a pagar	18	824 564,72 €	796 217,78 €
Diferimentos	23	2 225 399,35 €	2 301 361,89 €
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		4 979 493,14	**4 584 353,00**
Total do Passivo		**7 313 467,00**	**6 922 798,22**
Total do Património Líquido e Passivo		**30 103 778,01**	**29 973 132,84**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

Município de Cuba e Centro de Estudos Diogo Dias Melgas,Unipessoal, Lda

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2022 — **Valores em €**

RUBRICAS	NOTAS		SNC-AP 31/12/2022	Normativo Anterior 31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas	14/21	+	834 557,06 €	836 480,10 €
Vendas	1321	+	374 654,17 €	274 785,44 €
Prestações de serviços e concessões	13/21	+	489 833,14 €	384 377,98 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		+/-	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13/21	+	5 341 338,20 €	4 712 093,12 €
Variações nos inventários da produção		+/-		
Trabalhos para a própria entidade		+	112 123,56 €	207 772,76 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/22	-	-627 863,02 €	-504 749,60 €
Fornecimentos e serviços externos	22	-	-2 129 456,31 €	-1 717 737,52 €
Gastos com pessoal	22/23	-	-4 088 137,46 €	-3 314 595,90 €
Transferências e subsídios concedidos	22/24	-	-574 040,78 €	-811 069,42 €
Prestações sociais		-	-14 328,63 €	0,00 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9/10.	+/-	0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		+/-	-1 639,55 €	-61 721,72 €
Provisões (aumentos/reduções)		+/-	0,00 €	0,00 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		+/-	1 495,86 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		+/-	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	21	+	855 160,26 €	1 124 751,14 €
Outros gastos e perdas	22	-	-404 872,96 €	-276 530,64 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			**168 823,54 €**	**853 855,74 €**
Gastos/reversões de depreciação e amortização		+/-	-1 368 054,20 €	-1 739 344,39 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		+/-		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			**-1 199 230,66 €**	**-885 488,65 €**
Juros e rendimentos similares obtidos		+	3 965,65 €	28,53 €
Juros e gastos similares suportados		-	-52 918,02 €	-43 986,20 €
Resultado antes de impostos			-1 248 183,03 €	**-929 446,32 €**
Imposto sobre o rendimento			-4 552,32 €	-10 811,96 €
Resultado líquido do período			**-1 252 735,35 €**	**-940 258,28 €**
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				
Interesses que não controlam				

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LIQUIDO CONSOLIDADA

Município de Cuba - Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz,Unipessoal, Lda

Ano:2022

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INICIO DO PERÍODO	(1)		13 248 401,51		226 505,16	0,00	0,00	3 237 085,63	0,00	0,00	7 278 600,60	-940 258,28	23 050 334,62 €		23 050 334,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contabilistico			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
Alterações de politicas contabilisticas			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realização do excedente de revalorização			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedentes de revalorizações e respetivas variações			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências e subsídios de capital			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	992 711,74	- €	992 711,74	- €	992 711,74
Correção de erros materiais			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			- €	- €	- €	- €	- €	-940 258,28	- €	- €	- €	940 258,28	- €	- €	0,00
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior			- €	- €	- €	- €	- €	-940 258,28	- €	- €	- €	940 258,28	- €	- €	- €
	(2)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-940 258,28	0,00	0,00 €	992 711,74	940 258,28	992 711,74	0,00	992 711,74
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)		0	0	0	0	0	0.00	0	0	0	-1 252 735,35	-1 252 735,35	0,00	-1 252 735,35
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)											(260 023,61)	(260 023,61)	0,00	(260 023,61)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital/património															
Entradas para coberturas de perdas															
Outras operações													- €		0,00
	(5)						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	)=(1)+(2)+(3)+(5)		13 248 401,51		226 505,16	0,00	0,00	2 296 827,35	0,00	0,00	8 271 312,34	-1 252 735,35	22 790 311,01		22 790 311,01

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Município de Cuba e Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz,Unipessoal, Lda					
Demonstração dos Fluxos de Caixa 2022				**Valores em €**	
RUBRICAS			**NOTAS**	**Períodos**	
				31/12/2022	**31/12/2021**
Fluxos de caixa das actividades operacionais					
Recebimentos de clientes		+		964 358,91 €	698 942,14 €
Recebimento de contribuintes		+		732 820,70 €	722 936,52 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes				4 207 052,31 €	3 700 876,46
Recebimento de utentes		+		21 598,63 €	57 672,26
Pagamentos a fornecedores		-		- 1 756 247,79 €	-2 144 031,39 €
Pagamentos ao pessoal		-		- 3 035 459,48 €	-3 041 603,15 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-		- 614 958,40 €	-807 659,13 €
Pagamentos de prestações sociais				- €	-45 614,97
Caixa gerada pelas operações		+/-		519 164,88 €	-334 942,97
Outros recebimentos		+		613 685,67 €	609 121,19
Outros pagamentos		-		- 869 169,52 €	-107 245,86 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais	**(a)**	**+/-**		**263 681,03 €**	**-356 605,93 €**
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-		- 1 435 746,90 €	-2 347 261,01 €
Activos intangíveis		-		- 6 349,88 €	-30 017,48
Propriedades de investimento				- €	0,00
Investimentos financeiros		-		- 4 426,62 €	0,00 €
Outros ativos		-		- €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		+		2 418,97 €	238 778,07
Activos intangíveis		+		- €	0,00
Propriedades de investimento		+		170 043,32 €	0,00
Investimentos financeiros		+		28 391,15 €	32 948,16
Outros activos		+		- €	0,00
Subsídios ao investimento		+		526 737,77 €	1 545 762,55
Transferências de capital		+		542 832,58 €	521 500,10
Juros e rendimentos similares		+		9,99 €	28,53
Dividendos		+		3 955,66 €	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento	**(b)**	**+/-**		**- 172 133,96 €**	**-38 261,08**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		+		1 338 876,26 €	1 715 964,17
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		+		- €	0,00
Cobertura de prejuízos		+		- €	0,00
Doações		+		- €	0,00
Outras operações de financiamento		+		- €	0,00
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-		- 1 351 963,28 €	-1 250 266,82 €
Juros e gastos similares		-		- 40 481,23 €	-30 201,03 €
Dividendos		-		- €	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-		- €	0,00
Outras operações de financiamento		-		- €	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	**(c)**			**- 53 568,25 €**	**435 496,32 €**
Variação de caixa e seus equivalentes	**(a)+(b)+(c)**			**37 978,82 €**	40 629,31 €
Efeito das diferenças de câmbio		**+/-**		**- €**	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		**+/-**		182 739,62	175 057,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**+/-**		220 718,44	182 739,62
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA					
Caixa e seus equivalentes no início do período				**182 739,62 €**	175 057,57
- Equivalentes a caixa no início do período				(83 492,41)	-15 110,88
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa				83 492,41	15 110,88
-Variações cambiais de caixa no início do períodso					
= Saldo da gerência anterior				182 739,62 €	175 057,57
De execução orçamental				171 777,61 €	173 704,78
De operações de tesouraria				10 962,01 €	1 352,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período				**220 718,44 €**	**182 739,62**
- Equivalentes a caixa no fim do período				- 49 545,00 €	-83 492,41
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa				49 545,00 €	83 492,41
- Variações cambiais de caixa no fimdo períodso					
= Saldo da gerência seguinte				220 718,44 €	182 739,62
De execução orçamental				209 268,12 €	171 777,61
De operações de tesouraria				11 450,32 €	10 962,01

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPESSOAL LDA

CUBA
MUNICÍPIO
Terra com Alma

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam dão conta das informações relevantes para a sua melhor compreensão.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são expressas em euros, sendo esta também a moeda funcional.

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 - Identificação do grupo, período de relato

Entidade Consolidante: Município de Cuba
Entidade Consolidada: Centro de Estudos e Formação Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda

1.2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Publica, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o grupo.

As demonstrações financeiras da entidade incluem a comparabilidade entre exercícios, não tendo a entidade recorrido à IPSAS 33 por se concluir que no segundo ano de aplicação do normativo não surgiram novas situações que necessitassem de aplicação de requisitos de transição.

1.3 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

O detalhe dos valores constantes em Caixa e Depósitos Bancários é o seguinte:

Conta	Designação	31/12/2022	31/12/2021
11	Caixa	697,17 €	1 236,28 €
	Depósitos à ordem		
122	Depósitos bancários à ordem	170 654,53 €	98 469,66 €
	Outros depósitos		
131	Depósitos a prazo	0,00 €	0,00 €
132	Depósitos consignados	49 545,00 €	83 492,41 €
133	Depósitos de garantias e cauções	0,00 €	0,00 €
	TOTAL	**220 896,70 €**	**183 198,35 €**

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Designação	31/12/2022	31/12/2021
- Execução orçamental	209 268,12 €	171 777,61 €
- Operações de tesouraria	11 450,32 €	10 962,01 €
Saldo da gerência	**220 718,44 €**	**182 739,62 €**

Relativamente ao Mapa da Demonstração de Fluxos de Caixa verifica-se uma diferença de €178,26, em virtude do Centro de Estudos possuir na conta 117 (Caixa alunos/formandos) e na conta 1203 (depósitos à ordem –CCAM) um saldo contra natura.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do município de Cuba, apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP). Assim, as demonstrações financeiras garantem consistência na apresentação de um período para o outro. A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade, não se encontra sujeita a compensações entre gastos e rendimentos, ou entre ativos e passivos, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

2.2 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

2.2.1 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. No caso dos prédios rústicos e urbanos, para os quais, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se:

a) For provável que fluirão para o Município de Cuba benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem;

b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do output e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

2.2.2 - Propriedades de investimento

Se existentes as propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

2.2.3 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios de pesquisa são reconhecidos na demonstração dos resultados como gasto quando suportados.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a entidade demonstre a capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que ocorram.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil. O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta. As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 5 anos.

2.2.4 - Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos correspondentes a estes acordos de concessão, não se encontram ainda reconhecidos por ausência de informação das entidades concessionárias.
De acordo com a NCP – Norma Contabilidade Pública nº 4 no parágrafo nº 5º, são apresentadas as definições de; concessão, concessionário e concedente. Sendo que uma concessão é um acordo vinculativo entre um concessionário, que usa os ativos da concessão para prestar um serviço público, em nome do concedente.
No paragrafo nº 6, da mesma NCP é indicado que o concedente deve reconhecer um ativo nas suas contas, desde que tenha o controlo ou a regulamentação dos serviços que o concessionário tem de prestar e a que preço. E controla através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo
Nos parágrafos 11 a 13, da mesma NCP, é definido que quando o concedente reconhecer um ativo de concessão de serviços de acordo com os parágrafos 6 ou 7, o concedente deve também reconhecer um passivo.

Na situação do município de Cuba encontram-se sujeito a esta contabilização o acordo de concessão da energia elétrica em baixa e iluminação pública, cuja concessão se encontra cedida à E-Redes.
Tendo em conta a informação obtida junto da concedente mencionado, não foram reunidas as condições para se reconhecer com segurança e razoabilidade nas demonstrações financeiras os ativos de concessão proporcionados pelo concessionário.
A situação resulta dos seguintes fatores:

1. O município é proprietário das infraestruturas elétricas em baixa, bem como da rede de iluminação pública existente.
2. A prestação de serviço público com estes ativos é realizada pela E-Redes (concessionário) por força do contrato de concessão.
3. Por força do estabelecido no parágrafo 6 (a) da NCP 4 do SNC-AP os ativos cedidos na concessão devem ser objeto de reconhecimento contabilístico nas demonstrações financeiras do município (concedente), se este exercer o controlo ou regular os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo.
4. Dada a natureza da concessão são suscitadas dúvidas sobre se a existência de controlo por parte do concedente
5. Ainda de acordo com a norma importa analisar se no final de cada ano existe valor suportar pelo concedente no caso de resgate ou indemnização. E, nessas circunstâncias se deve, ou não, ser classificado como passivo financeiro. Contudo, também aqui o município não detém qualquer informação.

6. Valor que, em princípio, deve corresponder ao valor escriturado em cada exercício relativo ao conjunto de ativos adquiridos e fornecidos pelo concessionário. Todavia o valor que tem vindo a ser indicado pelo concessionário não corresponde a esse valor.

Embora a informação disponibilizada pela E-Redes possa responder, segundo o concessionário, ao estabelecido no DL 15/2022, certo é que esta não apresenta o detalhe necessário para o município proceder aos registos contabilísticos exigidos pela NCP 4.

Para proceder conforme exigido a informação disponibilizada pelo concessionário tem de reportar, no mínimo os seguintes elementos:

1. Desagregação dos grupos homogéneos que permita o registo por grupos de bens adquiridos na mesma data e com igual taxa de depreciação;
2. Data de início da vida útil;
3. Vida útil estimada;
4. Valor bruto;
5. Depreciações do exercício, face à vida útil estimada;
6. Depreciações acumuladas, face à vida útil estimada;
7. Imparidades associadas a cada ativo;
8. Subsídios associados a cada ativo;
9. Abates – data de abate e respetiva depreciação no ano do abate e valor contabilístico.

Face a esta situação existem pareceres da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) e da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, considerando que, apesar do contrato com a E-REDES dever ser regulado pela NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, a informação disponibilizada pela E-REDES não cumpre os requisitos da Norma, não sendo possível ao Município reconhecer os ativos de concessão afetos ao contrato.

Tendo em conta o referido acima, o Município não conseguiu, validar os valores apresentados e estando em falta a informação do valor do património, ao dispor da concessão, foi decidido não efetuar qualquer registo ao abrigo da NCP 4 em 2022.

O Município detém também um contrato de concessão de serviços com as Águas Públicas do Alentejo.
Um conjunto de 21 municípios do Alentejo constituiu com o Estado a parceria pública-pública do sistema integrado de gestão de águas públicas do Alentejo, gerido pela empresa AGDA, transferindo, em 2010, para esta entidade a gestão e exploração dos sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais, na sua vertente em alta.
O contrato tem a duração de 50 anos, findos os quais termina, ou antecipadamente se os municípios evocarem o resgate.

Durante o período de concessão o município de Cuba transferiu para a AGDA, infraestruturas afetas ao sistema de abastecimento no valor de 635.182,42 € e 239.526,75 € de infraestruturas afetas ao sistema de saneamento.

O conjunto destas infraestruturas encontra-se reconhecida nas demonstrações financeiras do município respetivamente nas contas 430362/4380362 e 430352/4380352 (contas que reconhecem as infraestruturas afetas à concessão e cujo valor líquido dos ativos é de 6.023 euros).

Embora reconhecidos na conta do município e da concessionária torna-se necessário avançar para a reconciliação.

2.2.5 - Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

2.2.6 - Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

O método de equivalência patrimonial é aplicado na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;

b) Participação em processos de decisão de políticas;

c) Transações materiais entre o investidor e a participada;

d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou

e)Prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

No município de Cuba existem participações financeiras sujeitas ao método de equivalência patrimonial.

No caso de existirem participações financeiras em outras entidades que não sejam tidas como participações em empreendimentos conjuntos, subsidiárias ou associadas, estas serão registadas ao custo de aquisição deduzido de qualquer perda por imparidade acumulada.

2.2.7 - Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado excede a quantia recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados do período. A quantia recuperável é a mais alta entre o justo valor menos custos de vender do ativo e o seu valor de uso.

O valor de uso é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo, no caso dos "Ativos não geradores de Caixa", e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, no caso dos "Ativos geradores de Caixa".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados (ganhos).

2.2.8 - Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra.

O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de perdas por imparidade em inventários".

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo Município é o Custo Médio Ponderado.

2.2.9 - Instrumentos financeiros

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:
Clientes; Contas a receber; Fornecedores; Contas a pagar; Financiamentos obtidos;
Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal. Pela sua insignificância ou inexistências não se procedeu à sua atualização pelo justo valor,

- Financiamentos bancários (empréstimos)

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que durante o período de relato não existiram investimentos em curso alavancados pelos empréstimos

- Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

2.2.10 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

2.2.11 - Regime do acréscimo

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" ou "Diferimentos".

O Município aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação nos rendimentos de transações com contraprestação. O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Cuba, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

O reconhecimento do rendimento de transações sem contraprestação é processado tendo em conta o prescrito na NCP 14. Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os

serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nesta circunstância ao regime do acréscimo.

a) Impostos, contribuições e taxas
b) Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do Orçamento de Estado é atribuída anualmente ao Município em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica "Transferências e subsídios correntes obtidos"), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica "Imputação de subsídios e transferências para investimentos") numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

2.2.12 - Julgamentos e estimativas

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão do Município efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações a data de relato, pelo que as presentes demonstrações financeiras incluem rubricas que resultam de estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas do Município.

As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Município, os quais se baseiam na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, e nas ações que o Município considera poder vir a desenvolver no futuro.

É considerado que as escolhas efetuadas são as apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Município e o resultado das suas transações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;

Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;

Registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;

Especializações diversas.

2.2.13 - Principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanco, mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Órgão Executivo e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam a data do balanco, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos apos a data do balanco que sejam indicativos de condições que surgiram apos a data do balanco ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos") são divulgados no anexo as demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.2.14 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Com a adoção do SNC-AP em 1 de janeiro de 2020, o Município atualizou as vidas úteis dos seus edifícios e outras construções para os AFT e PI de acordo com o CC2. Esta situação originou uma menor vida útil remanescente para a maioria dos seus edifícios e, consequentemente, um aumento do valor das depreciações por exercício.

NOTA 3- ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1 Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

a) **Bases de mensuração**

Os ativos intangíveis adquiridos pelo valor de 5.418,65€, (adições no Município), encontram-.se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das amortizações. A nível do Centro de Estudos não se verificaram adições no ano. O valor total do ativo bruto totaliza no final do exercício 194.292,33€.

a) **Método de amortização usado**

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2. Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de amortização. Durante o exercício foram reconhecidas amortizações no grupo no valor de 12.290,39€, totalizando as amortizações acumuladas o valor de 176.749,12€.

b) **Vidas úteis ou taxas de amortização**

As vidas uteis estimativas têm por base o Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

c) **Valor escriturado e bens totalmente amortizados em uso**

No final do exercício o valor dos ativos intangíveis era de 17.543,21€, verificando-se uma variação de – 6.871,74€.

A nível do Centro de Estudos as quantias escrituradas dizem respeito a programas de computador.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Quadro 3.1 - Ativos intangíveis – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	9 717,00	9 717,00	0,00	0,00	9 717,00	9 717,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	179 156,68	154 741,73	0,00	24 414,95	184 575,33	167 032,12	0,00	17 543,21
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	188 873,68	164 458,73	0,00	24 414,95	194 292,33	176 749,12	0,00	17 543,21

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	24 414,95	5 418,65	0,00	0,00	0,00	0,00	-12 290,39	0,00	16 538,98
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**24 414,95**	**5 418,65**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-12 290,39**	**0,00**	**17 543,21**

NOTA 4 - ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

O Município de Cuba detém dois contratos de concessão de serviços, cujos objetos consistem na exploração e gestão dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas em alta e concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão. A nível do Centro de Estudos não existe informação a reportar neste item.

Os contratos celebrados definem ainda que não existe lugar a qualquer pagamento, mas sim a recebimentos.

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão:

Quadro 4.1 - Acordos de concessão de serviços

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de Concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão da exploração do sistema municipal de distribuição de água em alta	Águas Públicas do Alentejo	Exploração e gestão de serviços públicos de abastecimento de água e saneamento (sistema em ALTA)	30 A				
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	E-REDES	PT´S	20 A				

NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

- **Bases de mensuração**

Os ativos fixos tangíveis, são mensurados e reconhecidos ao custo de aquisição. Considera-se custo de aquisição o valor da compra e todos os custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição indispensáveis para operarem na forma pretendida.

- **Método de depreciação**

O método de depreciação utilizado é o método da linha reta. Durante o exercício foram imputados a gastos €1.298.888,98 de depreciações do exercício, ficando registado um valor acumulado de €22.498.032,89.

- **As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas**

As vidas uteis e respetivas taxas de depreciação utilizadas são as que se encontram definidas no Classificador complementar 2 do SNC-AP.

- **Quantia escriturada bruta e líquida**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Quadro 5.1- Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rúbricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico,artistico e								
Terrenos e recursos naturais	454 725,75	0,00	0,00	454 725,75	454 725,75	0,00	0,00	454 725,75
Edificios e outras construções	221 116,29	85 439,36	0,00	135 676,93	221 116,29	97 614,56	0,00	123 501,73
Infraestruturas	16 087 632,43	10 282 617,26	0,00	5 805 015,17	17 150 270,49	12 804 441,83	0,00	4 345 828,66
Património histórico, artístico e	100 959,33	0,00	0,00	100 959,33	101 584,33	0,00	0,00	101 584,33
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	2 311 902,42	0,00	0,00	2 311 902,42	1 437 111,84	0,00	0,00	1 437 111,84
Ativos Fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edificios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	1 921 269,50	1 799 759,42	0,00	121 510,08	2 077 844,37	0,00	0,00	2 077 844,37
Património histórico, artístico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangiveis								
Terrenos e recursos naturais	4 360 094,74	0,00	0,00	4 360 094,74	4 358 211,17	0,00	0,00	4 358 211,17
Edificios e outras construções	19 360 960,01	5 609 629,25	0,00	13 751 330,76	19 861 272,57	6 046 346,17	0,00	13 814 926,40
Equipamento básico	1 868 254,20	1 586 584,27	0,00	281 669,93	1 993 557,49	1 632 818,07	0,00	360 739,42
Equipamento de transporte	908 360,99	595 176,94	0,00	313 184,05	917 769,87	630 411,25	0,00	287 358,62
Equipamento administrativo	526 613,16	484 985,38	0,00	41 627,78	550 492,10	507 813,14	0,00	42 678,96
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	857 054,78	754 952,03	0,00	102 102,75	873 551,05	778 587,87	0,00	94 963,18
Ativos fixos tangíveis em curso	209 882,65	0,00	0,00	209 882,65	343 354,99	0,00	0,00	343 354,99
TOTAL	49 188 826,25	21 199 143,91	0,00	27 989 682,34	50 340 862,31	22 498 032,89	0,00	27 842 829,42

COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Terrenos e recursos naturais

As quantias escrituradas mantiveram os mesmos valores do final de 2021 no que diz respeito aos bens do domínio público.

Edifícios e outras construções

O saldo desta componente sofreu alterações relativamente ao início do período no que respeita a bens do domínio público e a outros ativos fixos tangíveis, significativas quer nas adições, quer nas transferências internas, respeitantes à passagem a imobilizado firme das seguintes empreitadas: Empreitada de Revitalização da Rua Serpa Pinto (lote 1 e lote 2), Empreitada de Reabilitação da Estrada da Circunvalação.

Equipamento Básico

A nível desta componente verificaram-se adições no valor de €58.787,18, tendo maior amplitude a aquisição de equipamentos de informática e de telecomunicações. A nível do Centro de Estudos as adições foram de €21.994,47.

Equipamento de transporte

O saldo desta componente cresceu essencialmente, devido à aquisição de uma varredoura em sistema de leasing financeiro e a grandes reparações em diversas viaturas.

Equipamento Administrativo

Nesta componente as adições estão relacionadas com a aquisição de equipamento administrativo diverso. A nível do Centro de Estudos, o montante das aquisições do ano foi de €3.340,94.

Ativos fixos tangíveis em curso

A quantia escriturada no final do período, caracteriza-se por investimentos em curso no valor de € 836.949,96 (bens do domínio público) e € 165.790,39 (outros ativos fixos tangíveis), respeitantes a empreitadas, sendo as que a seguir se descriminam, aquelas que tem maior expressividade: Empreitada de Reabilitação da Rua 1º de Maio, em Cuba, Reabilitação do Centro Cultural de Vila Alva, Reabilitação do Jardim dos Combatentes da Grande Guerra, em Cuba, Reabilitação das Habitações Sociais e Projeto do Ecoparque do Alentejo Central.

NOTA 6 - LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022, o grupo apresentava os seguintes valores relativos a ativos em regime de locação financeira e de locação operacional refletidos deste modo:

Quadro 6.1- Locações Financeiras

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contigentes	Pagamentos mínimos	Rendas contigentes					
Autocarro	224 500,00	32 917,04	0,00	82 058,62	0,00	39 955,47	149 874,15	0,00	189 829,62	189 829,62
Mini bus	39 508,95	1 409,81	0,00	39 424,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Varredora	64 860,00	13558,02	0,00	14930,31	0,00	16467,44	48031,24	0,00	64 498,68	64 498,68
Total	**255 675,39**	**20 234,45**	**0,00**	**37 851,97**	**0,00**	**38 718,07**	**163 549,97**	**18 485,39**	**213 370,07**	**254 328,30**

Quadro 6.2 - Locações Operacionais

.

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contigentes	Pagamentos mínimos	Rendas contigentes					
Equipamento de transporte	40 776,37	7 627,95	0,00	34 780,23	0,00	5 996,14	0,00	0,00	0,00	5 996,14
Locação Equipamento Multifunções	26 966,52	4 044,96	0,00	13 932,64	0,00	4 044,96	8 988,92	0,00	0,00	13 033,88
Locação de Luminárias	269 001,00	44 833,50	0,00	219 684,15	0,00	44 833,50	4 483,35	0,00	0,00	49 316,85
Locação de 11 impressoras e outsourcing de cópias	23 269,15	6 463,70	0,00	10 341,92	0,00	6 463,70	6 463,53	0,00	0,00	12 927,23
Equipamento de transporte	32 552,29	4 561,49	0,00	4 561,49	0,00	4 561,49	23 429,31	0,00	0,00	27 990,80
Locação de som, luz e imagem- Feira Anual 2022	18 450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 450,00
Aluguer de tendas e stand´s- Feira Anual 2022	62 928,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62 928,80
Locação equipamento informático,vídeo e fotografia	21 312,00	7 433,30	0,00	12 761,30	0,00	7 534,56	1 016,14	0,00		8 550,70
Total	**495 256,13**	**74 964,90**	0,00	**296 061,73**	0,00	**73 434,35**	**44 381,25**	**0,00**	**0,00**	**199 194,40**

NOTA 7 - CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

1. Política contabilística

O grupo autárquico reconhece os custos de empréstimos obtidos como gastos do período e que são suportados.

2. Custo de empréstimo obtidos

No final do exercício de 2022 o município tinha 15 empréstimos contratados, enquadrados no artigo 51º do REFALEI, destinados a financiar investimentos. Existe igualmente 2 contratos de locação financeira. Durante o exercício económico de 2022 as amortizações totalizaram €187.963,28, transitando para os exercícios futuros um valor em dívida de financiamentos de €2.718.283,35 e, a que corresponde uma amortização média anual de € 221.350,02 a liquidar durante os próximos períodos de relato.

No que diz respeito ao Centro de Estudos, o financiamento tem natureza de curto prazo, conta corrente caucionada que no final de 2022 apresentava um saldo de 173.000,00€.

Ao nível dos financiamentos obtidos e tal como foi referido agregam-se da seguinte forma:

Financiamentos	31.12.2022			31.12.2021		
	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	TOTAL	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	TOTAL
Empréstimos curto prazo		173 000,00	173 000,00		204 000,00	204 000,00
Empréstimos financiamento	2 120 186,17	226 581,12	2 346 767,29	2 134 630,42	197 358,94	2 331 989,36
-BPI						
1396972830001	20 900,59	21 156,54	42 057,13	42 065,94	20 970,78	63 036,72
1396972830002	22 329,76	11 164,88	33 494,64	33 494,64	11 164,88	44 659,52
-CGD						
0276000297691	4 333,73	8 667,45	13 001,18	13 001,18	8 667,45	21 668,63
9015005563291	0,00	0,00	0,00	0,00	8 897,09	8 897,09
9015006522091	86 706,77	11 758,29	98 465,06	98 388,35	12 379,52	110 767,87
9015006689891	97 375,92	12 241,94	109 617,86	109 477,91	12 967,84	122 445,75
9015008498591	265 950,00	19 700,00	285 650,00	285 650,00	19 700,00	305 350,00
9015003413991	0,00	0,00	0,00	0,00	34 387,88	34 387,88
9015004484391	30 778,76	15 067,51	45 846,27	45 846,27	15 282,09	61 128,36
9015004560291	22 127,68	10 742,63	32 870,31	32 870,31	10 956,78	43 827,09
0855001847991	417 419,42	25 298,14	442 717,56	442 717,56	12 649,07	455 366,63
-Linha BEI						
1582	250 290,30	35 845,68	286 135,98	149 357,05	5 974,28	155 331,33
1579	217 943,63	18 944,80	236 888,43	236 809,95	9 472,40	246 282,35
1746	26 246,89	7 874,08	34 120,97	34 120,97	0,00	34 120,97
-Santander Totta						
3200495335860	159 722,28	13 888,88	173 611,16	173 611,16	13 888,88	187 500,04
-CCAM Guadiana Interior						
59075198403	213 888,89	6 111,11	220 000,00	207 161,28	0,00	207 161,28
590725299395	284 171,55	8 119,19	292 290,74	230 057,85	0,00	230 057,85
Locações Financeiras	142 839,32	55 676,74	198 516,06	188 482,00	55 634,68	244 116,68
Banco Santander Totta SA	35 431,77	16 778,43	52 210,20	49 525,68	16 984,33	66 510,01
Caixa Leasing Factoring	107 407,55	38 898,31	146 305,86	138 956,32	38 650,35	177 606,67
TOTAL	2 263 025,49	455 257,86	2 718 283,35	2 323 112,42	456 993,62	2 780 106,04

O total do passivo corrente, refletido no quadro acima apresenta uma diferença de €178,26 correspondente ao saldo contra natura da conta 117 (caixa alunos/formandos) e da conta à ordem da CCAM, conforme prestação de contas do Centro de Estudos.

De acordo com o quadro dos respetivos contratos o município irá liquidar esses empréstimos até ao final de 2042.

O horizonte temporal dos financiamentos obtidos, enquadram-se nos seguintes exercícios futuros, da seguinte forma:

ANOS	CGD	BPI	BEI	CCAM	TOTTA
2023	103475,96	32321,42	62664,56	14230,3	13888,88
2024	100286,4	32245,7	62664,56	28460,6	13888,88
2025	97338,65	11345,11	62664,56	28460,6	13888,88
2026	71439,06	0	62664,56	28460,6	13888,88
2027	71439,06	0	62664,56	28460,6	13888,88
SEGUINTES	584 185,11	0	491922,2	384218,04	104166,76
Totais	**1 028 164,24**	**75 912,23**	**805 245,00**	**512 290,74**	**173 611,16**

O Mapa dos empréstimos encontra-se no anexo I.

NOTA 8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022, não existiram quaisquer movimentos na quantia escriturada das Propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações acumuladas.

NOTA 9 - IMPARIDADE DE ATIVOS

		31/12/2022		
Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	Gerador de caixa	8 550,36 €	- €	8 550,36 €
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	215 051,37 €	154 397,13 €	60 654,24 €
Outras contas a receber	Gerador de caixa	1 712 903,52 €		1 712 903,52 €
Mercadorias	Gerador de caixa	519,74 €	- €	519,74 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	58 359,73 €	15 899,22 €	42 460,51 €

NOTA 10 – INVENTÁRIOS

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração de inventários, incluindo a fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se mensuradas pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inicial inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas suas condições atuais.

O método de custeio adotado pelo município é o Custo Médio Ponderado.

b) Quantia bruta e líquida do período

A quantia recuperável dos inventários à data de 31/12/2022 e 31/12/2021, é a seguinte:

Q10.1 - Inventários						
	31/12/2022			31/12/2021		
Rubricas	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	519,74	0,00	519,74	513,40	-	513,40
Matérias primas, subsídiarias e de consumo	58 359,73	15 899,22	42 460,51	48 164,86	17 395,08	30 769,78
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-
TOTAL	58 879,47	15 899,22	42 980,25	48 678,26	17 395,08	31 283,18

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2022 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Os movimentos de inventário no período expressam-se conforme segue, sendo a quantia escriturada final de €42.980,25.

Q10.2 - Inventários: movimentos do período

	Quantia escriturada inicial	Compras líquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de invetários	Quantia escriturada final
Mercadorias	0,00	433 483,18	432 963,44						519,74
Matérias primas, subsídiarias e de consumo	30 769,78	222 108,19	216 879,08	0,00	343,29	1 839,15	7 089,32	364,35	42 460,51
Produtos acabados e intermédios									0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									0,00
Produtos e trabalhos em curso									0,00
TOTAL	30 769,78	655 591,37	649 842,52	0,00	343,29	1 839,15	7 089,32	364,35	42 980,25

	2022			2021		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total
Existências iniciais	513,40	48 164,86	48 678,26	0	56 435,59	56 435,59
Compras	410 990,28	222 108,19	633 098,47	369 283,84	131 957,43	501 241,27
Regularização de existências	0,00	4 965,76	4 965,76	-1 239,00	-3 010,00	-4 249,00
Existências finais	519,74	58 359,73	58 879,47	513,40	48 164,86	48 678,26
Custo das merc.vend.mat.consumidas	410 983,94	216 879,08	627 863,02	367 531,44	137 218,16	504 749,60

O quadro acima evidência o detalhe o CMVMC, verificando-se um aumento no respetivo custo. De referir que um inadequado tratamento no registo de alguns bens gerou regularizações da ordem dos dois mil euros.

NOTA 13 - RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

O objetivo desta norma é prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento, ou seja, quando se deve reconhecê-lo.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. Uma transação com contraprestação é aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de bens, serviços ou uso de ativos). A seguir apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

I. Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

Quadro 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

Tipo de transação com contraprestação	31/12/2022 Rendimento do período reconhecido	31/12/2021 Rendimento do período reconhecido
Venda de bens	374 654,17 €	274 785,44 €
Prestações de Serviços	489 833,14 €	384 377,98 €
Juros	3 965,65 €	28,53 €
Alienações	- €	- €
Royalties	- €	- €
Dividendos ou distribuições similares	- €	- €
Rendas em propriedades de investimento	256 762,28 €	275 947,22 €
Outros rendimentos	975,65 €	85 230,39 €
TOTAL	**1 126 190,89 €**	**1 020 369,56 €**

Os rendimentos de transações com contraprestações do grupo no ano de 2022,representam apenas 14,05% do total de rendimentos inscritos na demonstração de resultados por natureza.

NOTA 14 - RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

O objetivo desta norma é prescrever os requisitos para o relato financeiro de transações sem contraprestação, abordando as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento dessas transações, incluindo a identificação de contribuições dos proprietários.

1. Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. Embora exista uma parte do rendimento obtido através de taxas, este rendimento foi igualmente incluído nas transações sem contraprestação.
Nas transações sem contraprestação com origem em transferências incluídas no património líquido, foram igualmente consideradas as transações com condições que temporariamente são igualmente reconhecidas como passivo e, por isso, se encontram reconhecidas na conta 2822.

Conforme referido no parágrafo 5º da NCP 14 o termo rendimento abrange tanto rendimentos como ganhos.

No quadro a seguir apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 14.1 - Rendimento de transações sem contraprestação do período

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2022					31/12/2021				
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Inicio do período	Final do período		Resultados	Património Líquido	Inicio do período	Final do período	
Impostos diretos	562 053,00 €	- €	- €	- €	- €	538 977,52 €	- €	- €	- €	- €
Impostos indiretos	195 035,02 €	- €	- €	- €	- €	234 516,83 €	- €	- €	- €	- €
Taxas	73 843,86 €	- €	15 217,83 €	12 477,36 €	- €	61 952,86 €	- €	22 769,51 €	15 217,83 €	
Multas e outras penalidades	3 625,18 €	- €	- €	- €	- €	1 032,89 €	- €	9,82 €	0,03 €	- €
Trabalhos para a própria entidad	112 123,56 €	- €	- €	- €	- €	207 772,76 €	- €	- €	- €	- €
Transferências sem condição	5 341 338,20 €	310 196,77 €	- €	- €	- €	4 712 093,12 €	350 930,57 €	- €	- €	- €
Transferências com condição	- €	823 976,36 €	- €	8 550,36 €	- €	- €	1 351 036,67 €	- €	- €	- €
Subsídios com condição	- €		- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	6 291 644,00 €	1 134 173,13 €	- €	8 550,36 €	- €	5 757 378,87 €	1 701 967,24 €	4 993,63 €	7 499,63 €	- €

O valor das transferências sem condição, imputadas a resultados, assumem um caráter estruturante no grupo municipal, na medida em que representa 84,90% do total dos rendimentos de transações sem contraprestação.

NOTA 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No Município de Cuba não existem processos judiciais que se encontram em curso, nem quaisquer outros. A provisão relatada diz respeito a obras coercivas e foi constituída em exercícios anteriores. Relativamente ao Centro de Estudos, à data de 31 de dezembro de 2022 não existe qualquer saldo que necessite da realização de uma provisão, também não existem ativos e passivos contigentes.

Quadro 15.1 – Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso										
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	5 271,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 271,00
Total	**5 271,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5 271,00**

Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são:

i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou

ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

À data do relatório, não possuí o Município de Cuba processos judiciais em curso sobre os quais possa ser efetuada uma apreciação jurídica de risco, e constituídas as respetivas provisões pelos valores indicados. Pelo que não há lugar à divulgação dos passivos contingentes.

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 - ATIVOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam a os valores a seguir apresentados relativamente aos anos de 2022 e 2021.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2022			31.12.2021		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Activos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	1421.						
		1431.						
		41. Se MEP						
		Subtotais						
	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Devedores p/transf.sub.emp.bonif.						
		201. - Dev. por transf. e sub. não reemb.	8 550,36		8 550,36	-		-
		203. - Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	-			-		
		Clientes, contribuintes e utentes						
		211 - Clientes c/c	54 912,41		54 912,41	36 835,18		36 835,18
		213 - Contribuintes	-		-	-		-
		214 - Utentes	5 741,83		5 741,83	7 499,63		7 499,63
		215 - Cobrança duvidosa - 219. Imparidades	154 397,13		154 397,13	152 757,58		152 757,58
		219-Imparidades		-154 397,13			-152 757,58	
		Outros ativos						
		23802 + 23822 - Pessoal	-			-		
		24 - Estado e out.ent.públicos	25 935,30		25 935,30	22 662,29		22 662,29
		2720+2721 - Dev. por acréscimos	1 702 305,53		1 702 305,53	1 501 015,52		1 501 015,52
		228+ 2713 - Adiantamentos a fornecedores			-			-
		27891 - Devedores diversos (-) 2791 Perdas p/ imparidades	10 597,99	-	10 597,99	-		-
		11.+12.+13.14 - Outros ativos financeiros	220 896,70		220 896,70	183 198,35		183 198,35
		41 Participações financeiras	159 358,50		159 358,50	159 358,50		159 358,50
		Subtotais	2 342 695,75	- 154 397,13	2 334 145,39	2 063 327,05	- 152 757,58	2 063 327,05
	Instrumentos de património líquido mensurados ao custo	...						
		Subtotais	-	-		-	-	
		Totais	2 342 695,75	- 154 397,13	2 188 298,62	2 063 327,05	- 152 757,58	1 910 569,47

O peso determinante de ativos financeiros encontra-se nos montantes a receber de clientes, contribuintes e utentes e devedores por acréscimos.

Os devedores por acréscimos, no caso do Centro de Estudos, representam os valores das candidaturas ao POCH e ERASMUS, as candidaturas tem um horizonte de 3 anos, duração dos cursos e os acertos das mesmas ocorrem no final do ciclo.

Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:

Outras contas a receber	31/12/2022	31/12/2021
Ativo corrente		
Devedores e credores por acréscimos	**397 512,34 €**	**355 447,90 €**
- Devedores por acréscimos de rendimentos	397 512,34 €	355 447,90 €
- Outros acréscimos de rendimentos		
Impostos e taxas imputados ao período - IMI	291 214,64 €	280 365,56 €
Impostos e taxas imputados ao periodo-outros	106 297,70 €	- €
Outros acréscimos de rendimentos		75 082,34 €
Outros devedores	**1 315 391,18 €**	**1 145 567,62 €**
Devedores por alienação de ativos fixos	- €	- €
Outros devedores	1 315 391,18 €	1 145 567,62 €
Outros ativos financeiros	**- €**	**- €**
- Devedores por empréstimos não bonificados	- €	- €
Totais	**1 712 903,52 €**	**1 501 015,52 €**

Do quadro resulta que o valor se concentra essencialmente na especialização do IMI a receber em 2023 e que reporta o exercício de 2022 no que se refere ao Município e nos subsídios à exploração no que respeita ao Centro de Estudos.

As participações financeiras detidas, mensuradas ao custo refletem as seguintes participações:

	31/12/2022	Aumento	Redução	31/12/2021
Participações sociais				
Fundo de Apoio Municipal	159 358,50	0,00	0,00	159 358,50
Outras participações de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	**159 358,50**	**0,00**	**0,00**	**159 358,50**

18.2 - PASSIVOS FINANCEIROS

Os credores por transferências e subsídios empréstimos bonificados, assumem a qualificação de financiamentos obtidos a seguir apresentados na sua agregação.
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor dos Passivos financeiros era o seguinte:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2022			31.12.2021		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Credores p/transf.sub.emp.bonificados						
		202 - Cred. por transf. e sub. não reemb.	142 911,44		142 911,44	32 596,07		32 596,07
		204 - Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis			-			-
		22 Fornecedores	1 056 490,50		1 056 490,50	562 759,65		562 759,65
		Outros passivos	-			-		
		23 - Pessoal (saldos credores)	-			-		
		24 - Estado e out.ent.públicos	157 153,30		157 153,30	105 911,98		105 911,98
		271 - Fornecedores de investimentos	117 537,71		117 537,71	328 053,28		328 053,28
		2722 - Cred. por acréscimos	793 389,92		793 389,92	760 126,46		760 126,46
		276.+277.+ 2785.27892 - Credores diversos	41 386,60		41 386,60	46 153,12		46 153,12
		25 Financiamentos obtidos	2 718 461,61		2 718 461,61	2 780 564,77		2 780 564,77
		Subtotais	5 027 331,08		5 027 331,08	4 616 165,33		4 616 165,33
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...			-			-
		...			-			-
		Subtotais			-			-
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...			-			-
		...			-			-
		Subtotais			-			-
		Totais	5 027 331,08		5 027 331,08	4 616 165,33		4 616 165,33

Os fornecedores resultam da atividade normal do grupo enquanto dívidas correntes e os fornecedores de investimentos reportam as dívidas de investimento desenvolvidas. No grupo assumem os montantes de €1.056.490,50 e € 117.537,71 respetivamente.

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31/12/2022	31/12/2021
Passivo não corrente		
- Cauções	**10 061,80**	**10 061,80**
- Cauções	10 061,80	10 061,80
Passivo corrente		
- Credores por acréscimos de gastos	**793 389,92**	**760 126,46**
- Remunerações a Liquidar	488 178,74	412 873,22
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	8 787,69	202,48
- Outros acréscimos de gastos	296 423,49	347 050,76
- Credores por subscrições não	**0,00**	**0,00**
- Outros credores	**31 324,80**	**36 091,32**
- Cauções	575,00	575,00
- Outros credores	30 749,80	35 516,32
Totais	**834 776,52**	**806 279,58**

NOTA 20 - DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

Nos quadros seguintes indica-se o controlo do Município de Cuba nas entidades participadas e as transações entre partes relacionadas.

DIVULGAÇÃO DE CONTROLO

Designação	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Cotrolo	
					Direto	Indireto
Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda	Societária	Alameda Bento Jesus Caraça, 7940-10	25 000,00	76 543,81	100,00%	

DIVULGAÇÃO DE TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As transações ocorridas em 2022 com as partes relacionadas, no que se refere a rendimentos e gastos, foram como se segue:

Município de Cuba / Centro de Estudos e Formação Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda

Ano: 2022

Tipo de Fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	31 600,00	0,00	0,00	31 600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80 000,00	30 000,00	50 000,00	60 000,00	0,00
Outros	76 000,00	0,00	50 000,00	26 000,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**107 600,00**	0,00	0,00	**57 600,00**	**0,00**	**80 000,00**	**30 000,00**	**50 000,00**	**60 000,00**	**0,00**

Centro de Estudos e Formação Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda/ Município de Cuba

Ano: 2022

Tipo de Fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31 600,00	0,00	0,00	31 600,00	0,00
Relações Comerciais	80 000,00	30 000,00	50 000,00	60 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00	0,00	0,00	76 000,00	0,00	50 000,00	26 000,00	0,00
Total	**80 000,00**	**30 000,00**	**50 000,00**	**60 000,00**	**0,00**	**107 600,00**	22 400,00	0,00	**57 600,00**	**0,00**

NOTA 23 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DO PERÍODO:

ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INICIO DO PERÍODO	(1)		11 248 801,51		226 503,16	0,00	0,00	1 217 085,63	0,00	0,00	7 278 600,60	-940 258,28	21 030 114,62 €		21 030 114,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			- €	- €	- €	- €	€	- €	€	- €	€	€	- €	€	0,00
Alterações de políticas contabilísticas			€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	- €	€	- €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	- €	€	- €
Realização do excedente de revalorização			€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	- €	€	- €
Excedentes de revalorizações e respetivas variações			€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	- €	€	- €
Transferências e subsídios de capital			€	€	€	€	€	€	€	€	992 711,74	€	992 711,74	€	992 711,74
Correção de erros materiais			€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	- €	€	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			- €	- €	- €	- €	- €	-940 258,28	- €	- €	- €	940 258,28	- €	- €	0,00
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior			- €	- €	- €	- €	- €	-940 258,28	€	- €	€	940 258,28	€	- €	- €
-	(2)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-940 258,28	0,00	0,00 €	992 711,74	940 258,28	992 711,74	0,00	992 711,74
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)		0	0	0	0	0	0,00	0	0	0	-1 252 715,35	-1 252 715,35	0,00	-1 252 715,35
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)											(260 021,61)	(260 021,61)	0,00	(260 021,61)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital /património															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações													- €		0,00
	(5)						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	=(1)+(2)+(3)+(5)		11 248 801,51		226 503,16	0,00	0,00	2 276 827,35	0,00	0,00	8 271 312,34	-1 252 715,35	22 790 111,01		22 790 111,01

As variações no património líquido no exercício de 2022, apresentam as seguintes operações:

1. Transferência do resultado líquido do período de 2021, resultados transitados (-€940.258,28);
2. Reconhecimento do resultado líquido do período de 2022, (-€1.252.735,35) cuja aplicação a resultados transitados será proposta no relatório de gestão;
3. Reforço de financiamentos cujas condições foram cumpridas e reposição de financiamentos, proporcionalmente às depreciações do exercício dos ativos subjacentes com um valor líquido em outras alterações do património líquido no valor de (€ 511.065,74);
4. Transferências de Capital (FEF e Artigo 35º) no âmbito da lei nº 73/2012, totalizaram € 481.021,00, valor sobre o qual foi efetuada a devida atribuição a investimentos;
5. Também foram refletidas doações no montante de €625,00;
6. Na sua totalidade as operações geraram uma variação consolidada de €992.711,74.

NOTA 24 - Diferimentos

DIFERIMENTOS ATIVOS

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2022 e 31/12/2021, são os seguintes:

Diferimentos ativos	31/12/2022	31/12/2021
Gastos a reconhecer		
- Seguros	11 486,23	10 093,76
- Outros custos diferidos	640,28	6 189,14
Totais	**12 126,51**	**17 182,90**

DIFERIMENTOS PASSIVOS

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2022 e 31/12/2021, são os seguintes:

Diferimentos passivos	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos a reconhecer	**2 225 399,35**	**2 301 361,89**
- Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	**1 281 432,95**	**1 531 393,89**
- FEDER	1 281 432,95	1 531 393,89
- Outros	**943 966,40**	**769 968,00**
- ERASMUS	868 769,12	119 862,00
- PT01 KA122 VET	75 197,28	650 106,00
Totais	**2 225 399,35**	**2 301 361,89**

NOTA 25 - RENDIMENTOS E GANHOS

Em 2022 e 2021, a rubrica de rendimento e ganhos tinha a seguinte composição:

RENDIMENTOS E GANHOS	2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	834 557,06 €	836 480,10 €
Vendas	374 654,17 €	274 785,44 €
Prestações de serviços e concessões	489 833,14 €	384 377,98 €
Variações nos inventários da produção	- €	- €
Trabalhos para a própria entidade	112 123,56 €	207 772,76 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 341 338,20 €	4 712 093,12 €
Reversões	1 495,86 €	- €
Ganhos por aumentos de justo valor	- €	- €
Outros rendimentos	855 160,26 €	1 124 751,14 €
Juros, dividendos e out.rendimentos similares	3 965,65 €	28,53 €
Totais	**8 013 127,90 €**	**7 540 289,07 €**

Durante os anos de 2022 a totalidade dos rendimentos e ganhos do grupo, classificados por naturezas, ascendeu a €8.013.127,90.

Comparativamente a 2021,destacam-se as alterações ocorridas nas seguintes rúbricas:

A rúbrica de prestações de serviços teve um ligeiro aumento de €105.455,16, traduzindo um crescimento de 27,44% e que se justifica pela alteração da estrutura tarifária, no que diz respeito ao Município. Em relação ao Centro de Estudos, os rendimentos estão relacionados essencialmente com o aluguer de salas.

A rúbrica de transferências e subsídios obtidos do grupo, totaliza 5,34 milhões de euros, tendo registado um aumento de 13,36% face ao ano de 2021 e que se justifica essencialmente pela receita relacionada com a delegação de transferências da área da educação, no que se refere ao Município. A nível do Centro de Estudos, estão aqui incluídos os subsídios à exploração, essencialmente projetos POCH e ERASMUS.

Na rúbrica de outros rendimentos, o decréscimo verificado é de €269.590,88 (-24,00%) que se justifica pelo facto de em 2022 ter existido uma maior imputação de subsídios e transferências para investimentos.

NOTA 26 - GASTOS E PERDAS

Durante os anos de 2022 e 2021 a totalidade dos gastos e perdas, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2022	2021
Transferências e subsídios concedidos	574 040,78 €	811 069,42 €
Prestações Sociais	14 328,63 €	- €
CEVMC	627 863,02 €	504 749,60 €
Fornecimentos e serviços externos	2 129 456,31 €	1 717 737,52 €
Gastos com o pessoal	4 088 137,46 €	3 314 595,90 €
Gastos de depreciação e de amortização	1 368 054,20 €	1 739 344,39 €
Perdas por imparidade	1 639,55 €	61 721,72 €
Provisões do período	- €	- €
Outros gastos	404 872,96 €	276 530,64 €
Gastos por juros e outros encargos	52 918,02 €	43 986,20 €
Imposto sobre o rendimento	4 552,32 €	10 811,96 €
Totais	9 265 863,25 €	8 480 547,35 €

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos do grupo são os gastos com pessoal (44,12%), gastos de depreciação e amortização (14,76%) e os fornecimentos e serviços externos (22,98%).Comparativamente com o período de 2021, os fornecimentos e serviços externos tiveram um acréscimo de 23,97%,que se encontra influenciado pelos gastos adicionais relacionados com a subida generalizada dos preços e por outro lado, ao nível de atividades planeadas que se concretizaram com um maior valor, isto no que respeita ao Município. Os gastos com o pessoal tiveram um acréscimo de 23,34%.

As amortizações do exercício sofreram um decréscimo de cerca de 371 mil euros em relação a 2021, que corresponde a menores alterações ocorridas a nível dos bens do ativo fixo tangível, e essencialmente pelo menor impacto na via da passagem de imobilizado a firme.

NOTA 27 - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2022	2021
Tranferências correntes concedidas		
- Estado	0,00	0,00
- Freguesias	105 324,54	100 998,94
- Associações de Municípios	43 917,44	47 199,53
- Outros	14 500,00	37 275,42
- Instituições sem fins lucrativos	235 681,65	217 388,16
- Familias	132 455,25	239 020,09
- Empresas Públicas Municipais	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00
Prestações sociais		
- Prestações sociais	14 328,63	0,00
Subtotal	**546 207,51**	**641 882,14**
Tranferências capital concedidas		
- Estado	0,00	0,00
- Associações de Municípios	2 939,70	42 041,20
- Freguesias	19 000,00	61 805,34
- Outros	0,00	17 000,00
- Instituições sem fins lucrativos	20 222,20	41 971,15
- Familias	0,00	6 369,59
Subtotal	**42 161,90**	**169 187,28**
Totais	588 369,41	811 069,42

Verifica-se que do total das transferências correntes 19,28% foram canalizadas para o apoio às freguesias,43,15% para as instituições sem fins lucrativos e 24,25% para as famílias.

NOTA 28 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2022, apresenta o seguinte desenvolvimento:

	Fornecimentos e serviços externos	2022	2021
621	*Subcontratos e parcerias*	*169 468,75*	*196 453,37*
	- Serviços de Saneamento básico	0,00	0,00
	- Serviços de alojamento e de restauração	0,00	35 629,48
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	158 311,85	124 346,50
	- Tecnologias de informação e comunicação	0,00	0,00
	- Água - Abastecimento Público	0,00	0,00
	- Espaços de desporto cultura e lazer	0,00	0,00
	- Limpeza Urbana	0,00	0,00
	- Iluminação Pública	0,00	0,00
	- Transportes Escolares	0,00	36 477,39
	- Trnsportes outros	0,00	0,00
	- Cantinas Escolares - refeições confecionadas	11 156,90	0,00
	- Cantinas Escolares - refeições p/ confecionadas	0,00	0,00
	- Outros	0,00	0,00
622	*Serviços especializados*	*342 788,74*	*346 006,99*
	- Trabalhos especializados	36 882,23	72 980,57
	- Publicidade comunicação e imagem	7 256,26	7 881,77
	- Vigilância e segurança	8 075,20	3 758,28
	- Honorários	42 682,00	93 593,79
	- Comissões	14 138,46	15 451,95
	- Conservação e reparação	135 852,79	121 335,32
	- Outros serviços especializados	20 564,76	31 005,31
623	*Materiais de consumo*	*316 618,01*	*222 398,87*
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápi	31 374,78	32 788,99
	- Livros e documentação técnica	0,00	0,00
	- Material de escritório	9 275,05	11 396,21
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	9 326,64	8 231,02
	- Material de educação cultura e recreio	722,51	366,54
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pe	23 781,35	32 707,49
	- Medicamentos e artigos para a saúde	516,01	555,48
	- Produtos quimicos e de laboratórios	42,00	776,04
	- Outros fornecimentos e serviços	222 638,64	135 577,10
624	*Energia e fluídos*	*327 764,99*	*243 454,08*
	- Electricidade	232 687,48	217 019,33
	- Combustíveis e lubrificantes	50 977,82	25 995,92
	- Água	38 765,78	0,00
	- Outros	0,00	438,83
625	*Deslocações, estadas e transportes*	*58 166,15*	*4 700,82*
	- Deslocações e estadas	1 496,01	4 700,82
	- Transportes de pessoal	0,00	0,00
	- Transportes de mercadorias e outros bens vendid	0,00	0,00
	Transporte escolar	51 795,96	0,00
	Transporte de doentes	0,00	0,00
	- Outros	0,00	0,00
626	*Serviços diversos*	*914 649,67*	*704 723,39*
	- Rendas e alugueres	206 974,69	191 104,85
	- Comunicação	21 473,49	26 169,37
	- Seguros	40 291,73	39 634,59
	- Contencioso e notariado	0,00	115,00
	- Despesas de representação dos serviços	0,00	204,60
	- Limpeza, higiene e conforto	10 579,79	3 365,34
	- Outros serviços	248 713,43	444 129,64
	- Fornecimentos e serviços diversos	0,00	0,00
	Totais	**2 129 456,31**	**1 717 737,52**

NOTA 29 - RECURSOS HUMANOS E GASTOS COM PESSOAL

Recursos humanos	2022	2021
Número de trabalhadores do grupo no final do período	242	208

Os gastos com o pessoal apresentam a seguinte evolução:

Gastos com o pessoal	2022	2021
Remunerações Órgãos Autárquicos	**154 325,81**	**143 512,65**
Remunerações dos orgãos sociais e de gestão	**0,00**	**0,00**
Remunerações do pessoal	**3 011 673,02**	**2 431 100,78**
Remuneração base	2 233 879,53	1 817 684,66
Subsídio de férias	213 787,65	155 345,14
Subsídio de Natal	185 102,94	156 728,18
Despesas de Representação	0,00	0,00
Subsídio de refeição	207 530,39	178 983,94
Gratificações	0,00	0,00
Suplementos e prémios	0,00	0,00
Outras	37 821,02	0,00
Abonos variáveis ou eventuais	133 551,50	122 358,86
Outros Gastos com Pessoal	**922 138,63**	**739 982,47**
Encargos sobre remunerações	763 500,66	631 082,81
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	41 397,66	31 583,74
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros gastos com o pessoal	11 895,33	5 852,42
Outros encargos sociais	105 344,98	71 463,50
Totais	**4 088 137,46**	**3 314 595,90**

Os encargos com remunerações dos órgãos autárquicos representam 3,77% do total dos encargos com pessoal, enquanto as remunerações do pessoal, incluindo subsídio de férias e natal tem um peso de 73,69%.

NOTA 30 - DEPRECIAÇÕES

Depreciações e Amortizações	2022	2021
Bens do domínio público	734 240,35	1 094 788,86
Edifícios e outrras construções	436 716,92	429 071,25
Equipamento básico	78 462,13	65 223,15
Equipamento de transporte	59 880,81	61 177,49
Equipamento administrativo	22 827,76	27 408,76
Outros ativos fixos tangíveis	23 635,84	33 408,95
Ativos intangíveis	12 290,39	28 265,93
Totais	1 368 054,20	1 739 344,39

OUTRAS DIVULGAÇÕES

MOVIMENTOS EFETUADOS PARA EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados todos os critérios e dívidas recíprocos entre as entidades consolidantes, os ativos correspondentes a ganhos resultantes de operações realizadas reciprocamente, o capital social que o Município de Cuba detém na entidade consolidada, Centro de Estudos, do seguinte modo:

1- Eliminação da participação financeira, movimentando-se a conta capital e de investimentos (participações financeiras), no montante de 25.000,00€;
2- Eliminação da equivalência patrimonial, movimentando-se a conta de ajustamentos em ativos financeiros e conta de investimentos (participações financeiras), no montante de 76.543,81,e conta de proveitos do exercício e de investimentos financeiros, pelo montante de 21.149,56€ (RL do exercício do Centro de Estudos);
3- Anulação de operações recíprocas intragrupo, no que diz respeito a fornecimentos e serviços externos (rendas), e outros rendimentos e ganhos, no montante de 30.000,00 € e de transferências concedidas e outros rendimentos e ganhos no montante de 50.000,00€.

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à consolidação do grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

OUTRAS DIVULGAÇÕES

ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPESSOAL LDA

CUBA
MUNICÍPIO
Terra com Alma

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

No que diz respeito a este item, não se apresentam as demonstrações orçamentais consolidadas, nomeadamente a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações. A justificação para a sua não apresentação prende-se com o fato do Centro de Estudos não ter aplicado o SNC-AP, tendo preparado, apresentado e aprovado somente demonstrações financeiras de acordo com o SNC Geral. Consta da Prestação individual do Centro de Estudos, na sua Certificação Legal de Contas, uma reserva neste sentido. O próprio relatório de auditoria menciona, no capítulo " Outros Assuntos" quer a não aplicação do SNC-AP, quer a não apresentação de instrumentos de gestão previsional. Assim, foi entendimento não existirem condições para a elaboração das demonstrações orçamentais consolidadas.

ANEXO I

Mapa de empréstimos

Município de Cuba - Câmara Municipal/Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda

Período de relato: 01-01-2022 a 31-12-2022

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados									Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)
											Amortização do capital			Juros			Outros encargos (a)										
	N.º do contrato	Nome da instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01	Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014	
Curto Prazo	**51008926880**	CCAM	16/02/2016	5	5			Tesouraria	300000	173000		127 000,00			13 005,47			7 066,06					204 000,00	173 000,00			
Total CP												127 000,00			13 005,47			7 066,06					204 000,00	173 000,00			
Médio e Longo Prazo Não isentos	**9015003413991**	CGD	14/12/2002	20	20	3472	11/03/2003	(N) Invest.	750000	510000	475 612,12	34 387,88	0,00	148 983,74	218,36	0,00	128,55	8,30	0,00	0,00	0,00	0,00	34 387,88	0,00			
	9015004484391	CGD	09/08/2005	20	17	2573/05	15/12/2005	(N) Invest.	356195	242969	181 840,64	15 282,09	45 846,27	22 956,46	0,00	0,00	113,90	8,30	24,90	0,00	0,00	0,00	61 128,36	45 846,27	15 196,00		
	9015004560291	CGD	10/10/2005	20	17	3019	12/01/2006	(N) Invest.	267860	170406	126 578,91	10 956,78	32 870,31	11 059,05	0,00	0,00	114,40	8,30	24,90	0,00	0,00	0,00	43 827,09	32 870,31	10 902,92		
	9015005563291	CGD	25/10/2007	15	15	7	04/01/2008	(N) Invest.	116477	116477	107 579,91	8 897,09	0,00	8 581,22	0,34	0,00	193,80	16,60	0,00	0,00	0,00	0,00	8 897,09	0,00	8 851,09		
	9015006522091	CGD	23/07/2009	20	13	1630	11/01/2010	(N) Invest.	332727	206674	95 906,13	12 302,81	98 465,06	34 469,42	1 605,82	5 082,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110 767,87	98 465,06	11 858,45		
	9015006689891	CGD	27/02/2010	20	12	801	05/08/2010	(N) Invest.	833022	238907	116 461,25	12 827,89	109 617,86	32 243,57	1 701,75	5 270,51	0,00	0,00	0,00	3 135,05	599,00	0,00	122 445,75	109 617,86	12 841,24		
	3200495335860	TOTTA	04/05/2015	20	7	889	09/07/2015	(N) Invest.	350000	350000	162 499,96	13 888,88	173 611,16	18 812,00	2 571,46	16 565,57	0,00	0,00	0,00			0,00	187 500,04	173 611,16		17 500,00	
	9015008498591	CGD	28/10/2016	20	6	2686	16/03/2016	(N) Invest.	450000	354600	49 250,00	19 700,00	285 650,00	10 642,87	3 472,25	24 778,95	0,00	0,00	0,00			0,00	305 350,00	285 650,00		17 730,00	
	0855001847991	CGD	09/03/2020	20	2	865/2020	27/04/2020	(N) Invest.	462031	455367	0,00	12 649,07	442 717,56	6 208,84	3 185,67	27 892,53	0,00	0,00	0,00			0,00	455 366,63	442 717,56		23 101,55	
	59075198403	CCAM	30/09/2020	20	1	327/2021	06/01/2021	(N) Invest.	220000	220000	0,00	0,00	220 000,00	0,00	795,00	8 885,00	0,00	0,00	0,00			0,00	207 161,28	220 000,00		11 000,00	
	0276000297691	CGD	28/04/1999	25	23	3878	29/01/1999	(N) Aquisição de Habitação Social	200 312	200 312	178 643,37	8 667,45	13 001,18	25 165,06	0,00	0,00	8,30	8,30	16,60				21 668,63	13 001,18	8 264,73		
	1396972830001	BPI	17/06/2004	20	18	747	17/06/2004	(N) Invest.	324289	324289	261 252,28	20 979,59	42 057,13	88 476,16	90,00	780,00	368,88	0,00	0,00				63 036,72	42 057,13	20 555,34		
	1396972830002	BPI	21/06/2005	20	17	1599/05	06/09/2005	(N) Invest.	224500	224500	179 840,48	11 164,88	33 494,64	47 226,35	0,00	325,36							44 659,52	33 494,64	11 164,88		
SubTotal											1 935 465,05	181 704,41	1 497 331,17	454 824,74	13 640,65	89 580,63	927,83	49,80	66,40	3 135,05	599,00		1 666 196,86	1 497 331,17	99 634,65	69 331,55	
Médio e Longo Prazo isentos	**1582**	BEI	22/01/2020	15	2	822/2020	21/04/2020	(I) Invest.	465994	286136	0,00	0,00	286 135,98	104,07	110,60	0,00							155 331,33	286 135,98		19 075,73	1
	1579	BEI	22/01/2020	15	2	823/2020	21/04/2020	(I) Invest.	256663	246282	0,00	9 393,92	236 888,43	57,32	163,72	0,00							246 282,35	236 888,43		16 418,82	1
	1746	BEI	18/12/2020	15	2	3584/2020	26/01/2020	(I) Invest.	102363	34121	0,00	0,00	34 120,97	0,00	0,00	0,00							34 120,97	34 120,97		2 274,73	1
	59075299395	CCAM	28/01/2021	20	1	6116/2021	17/02/2021	(I) Invest.	292291	29291	0,00	0,00	292 290,74	0,00	1 749,15	20 435,72							230 057,85	292 290,74		14 614,54	1
SubTotal											0,00	9 393,92	849 436,12	161,39	2 023,47	20 435,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		665 792,50	849 436,12	0,00	52 383,82	
Total MLP											1 935 465,05	191 098,33	2 346 767,29	454 986,13	15 664,12	110 016,35	927,83	49,80	66,40	3 135,05	599,00		2 331 989,36	2 346 767,29	99 634,65	121 715,37	
Total Geral											**1 935 465,05**	**191 098,33**	**2 346 767,29**	**454 986,13**	**15 664,12**	**110 016,35**	**927,83**	**49,80**	**66,40**	**3 135,05**	**599,00**		**2 331 989,36**	**2 346 767,29**	**99 634,65**	**121 715,37**	

(a) Identificando cada um dos mesmos, designadamente, impostos, comissões e outros encargos a especificar

(b) Para efeitos deste cálculo, deverá tomar-se por referência os valores em dívida em 01/01/2014, constante do mapa 8.3.1 (empréstimos), que integra o correspondente processo de prestação de contas

(c) Empréstimos que não são considerados para efeitos de cálculo da Dívida Total

1) Emp. Contraído a partir de 2019, p/realização de despesa referente à contrapartida nacional de projectos cofinanciados por fundos europeus - certificado pela autoridade de gestão (alínea a) do n.º5 do artigo 52.º da lei n.º73/2013)

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2022

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPESSOAL LDA

CUBA
MUNICÍPIO
Terra com Alma

DE CONTAS
CONSOLIDADA
2022

CERTIDÃO DA DELIBERAÇÃO DO ORGÃO EXECUTIVO

ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPESSOAL LDA

CUBA
MUNICÍPIO
Terra com Alma

PRESTAÇÃO
DE CONTAS
CONSOLIDADA
2022

CERTIDÃO DA DELIBERAÇÃO DO ORGÃO DELIBERATIVO

ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPESSOAL LDA

CUBA
MUNICÍPIO
Terra com Alma